



'15

RELATÓRIO
E CONTAS

O Relatório e Contas da Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. foram aprovados em Assembleia-Geral de 31 de março de 2016

HORÁRIOS DO FUNCHAL - TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.

Sede: Fundoa de Baixo – São Roque

9020 - 242 FUNCHAL

Sociedade Anónima

Registada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal, sob o nº 03441/86.08.28

Pessoa Coletiva nº 511 026 340

Capital Social 17.852.360,00 Euros

Capital Próprio 13.081.859,27 Euros

Índice

Relatório e Contas	9
Órgãos Sociais	11
Quadros Superiores	13
Painel de Bordo	15
Resultados Líquidos Unitários	17
Relatório de Gestão	18
Contas do Exercício.....	36
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	41
1. Identificação da entidade.....	41
1.1. Designação da Entidade	41
1.2. Sede	41
1.3. Natureza da actividade	41
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	41
2.1 Disposições gerais	41
2.2 Derrogações às disposições do SNC	42
2.3 Comparabilidade com o ano anterior.....	42
3. Principais políticas contabilísticas.....	42
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	42
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes	43
3.3 Principais estimativas e Julgamentos	53
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro	56
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas	56
4. Fluxos de caixa.....	56
4.1 Saldos não disponíveis, para uso	57
4.2 Desagregação de valores	57
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	57
6. Activos fixos tangíveis	58
7. Activos fixos intangíveis.....	61
8. Participações financeiras-método da equivalência patrimonial.....	61
9. Participações financeiras – outros métodos.....	62
10. Activos financeiros detidos para venda	63
11. Impostos sobre o rendimento.....	63

12.	Inventários	65
13.	Clientes	66
14.	Estado e outros entes públicos.....	67
15.	Outras contas a receber.....	67
16.	Diferimentos	68
17.	Capital realizado	69
18.	Reservas legais	69
19.	Outras reservas	69
20.	Resultados transitados	70
21.	Ajustamentos em activos financeiros	70
22.	Excedentes de revalorização.....	70
23.	Outras variações no capital próprio	71
24.	Financiamentos obtidos	71
25.	Outras contas a pagar.....	73
26.	Fornecedores.....	73
27.	Vendas e serviços prestados	74
28.	Subsídios à exploração	75
29.	Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos.....	76
30.	Variação nos inventários da produção.....	76
31.	Trabalhos para a própria entidade	77
32.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	77
33.	Fornecimentos e serviços externos	79
34.	Gastos com o pessoal.....	80
35.	Outros rendimentos e ganhos	81
36.	Outros gastos e perdas	82
37.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	83
38.	Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	83
39.	Juros e gastos similares suportados	83
40.	Garantias.....	84
41.	Divulgações de partes relacionadas	84
42.	Passivos contingentes	86
43.	Acontecimentos após a data de balanço	87
	Anexo ao relatório do conselho de administração.....	88
	Certificação Legal de Contas.....	89
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	91

Relatório e Contas

Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE João Heliodoro da Silva Dantas

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

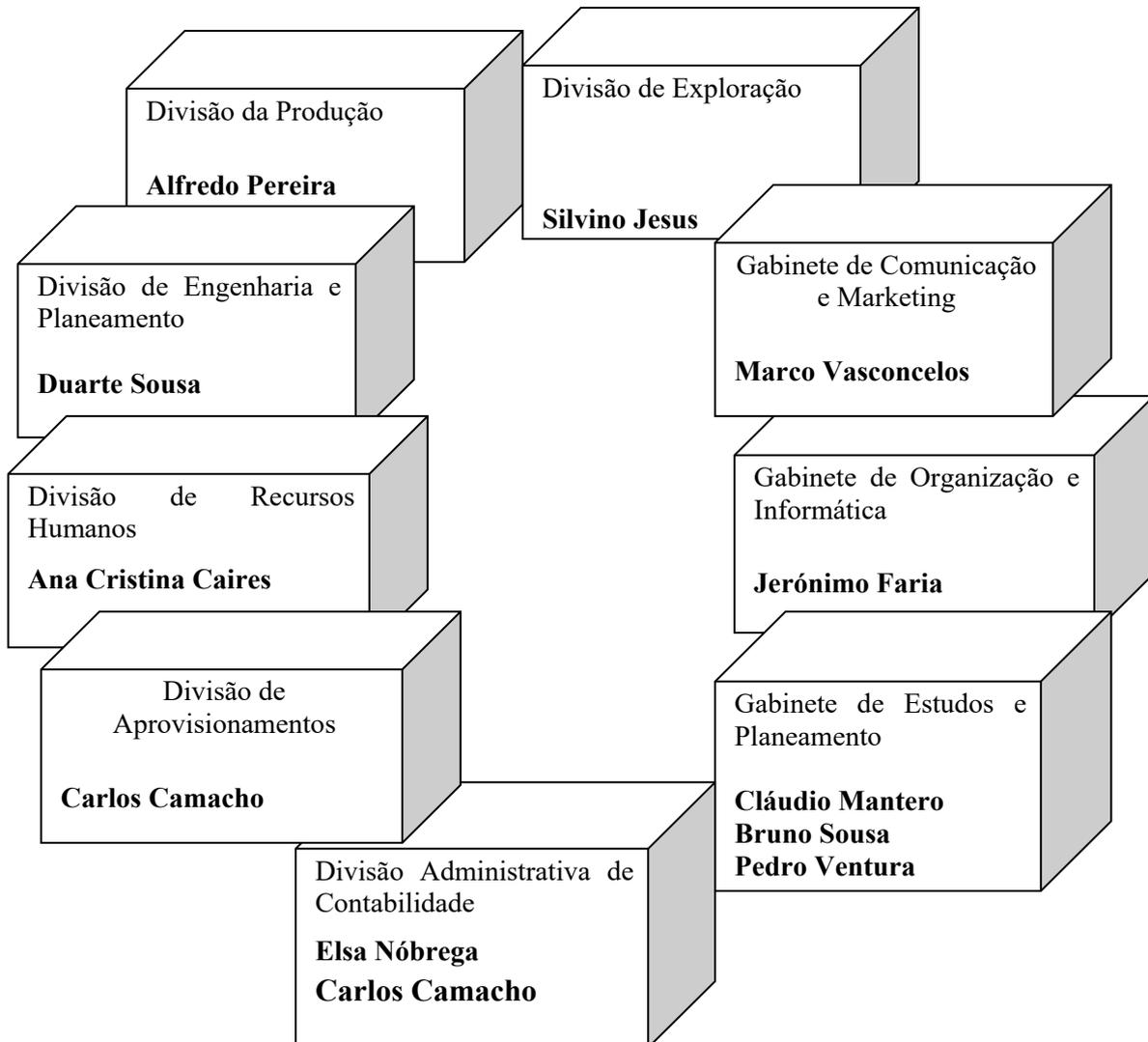
VOGAL João Alcindo de Freitas

VOGAL António José Jardim Faria

FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados S.R.O.C. 109

Quadros Superiores



Painel de Bordo

4 Números			3 Indicadores		
	2015	2014		2015	2014
Viaturas	163	164			
Motoristas	259	260	Motoristas / viatura	1,59	1,59
Metalúrgicos	93	96	Metalúrgicos / viatura	0,57	0,59
Total de trabalhadores	433	444	Total trab. / viatura	2,66	2,71

O Grupo HF, apresenta os seguintes indicadores:

4 Números			3 Indicadores		
	2015	2014		2015	2014
Viaturas	261	264			
Motoristas	324	322	Motoristas / viatura	1,24	1,22
Metalúrgicos	93	96	Metalúrgicos / viatura	0,36	0,36
Total de trabalhadores	502	510	Total trab. / viatura	1,92	1,93

Estrutura de gastos e rendimentos

Matérias consumidas	2.132.208,06	10,6%	Prestações de serviços	13.375.495,14	62,1%
Gasóleo	4.174.127,21	20,8%	Vendas	486.167,17	2,3%
Forn. serv. externos	1.679.131,63	8,4%	Trabalhos p. p. empresa	505.947,18	2,3%
Gastos com pessoal	9.317.047,76	46,3%	Rend. suplementares	3.476.749,17	16,2%
Gastos de Amortização	1.705.679,30	8,5%	Subsídios à exploração	3.274.985,52	15,2%
Outros gastos	1.100.014,70	5,4%	Outros ganhos	410.497,88	1,9%
	20.108.208,66			21.529.842,06	

Resultado antes de impostos (sem equivalência patrimonial)

1.421.633,40

INVESTIMENTO – 1.499.909,91 Euros

Outros indicadores

População servida	108 mil	Taxa de ocupação	15%
Nº de carreiras	62	Lotação média	77 lugares
Extensão da rede	198 km	Velocidade média	17 km/h
Total de viagens	769 570	Passageiros transportados	17 milhões
		Quilómetros percorridos	5,7 milhões

Resultados Líquidos Unitários

Demonstração do resultado por Km percorrido

Custos e perdas	2015	2014
Custos exploração / Km	3,32	3,58
Outros custos / Km	0,19	0,21
Total de Custos / Km	3,51	3,79
Proveitos e ganhos		
Proveitos de exploração / Km	3,69	3,71
Outros proveitos / Km	0,07	0,02
Total de proveitos / Km	3,76	3,73
Resultado líquido / Km	0,25	-0,06

Demonstração do resultado por passageiro transportado

Custos e perdas	2015	2014
Custos exploração / Passageiro	1,10	1,17
Outros custos / Passageiro	0,07	0,07
Total de custos / Passageiro	1,17	1,24
Proveitos e ganhos		
Proveitos de exploração / Passageiro	1,23	1,21
Outros proveitos / Passageiro	0,02	0,01
Total de proveitos / Passageiro	1,25	1,22
Resultado líquido / Passageiro	0,08	-0,02

Relatório de Gestão

Senhores Acionistas

Nos termos da Lei e dos Estatutos submetemos à vossa apreciação o Relatório e Contas da sociedade Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. seguidamente designada por HF, respeitante à atividade desenvolvida ao longo do ano de 2015.

Apresentação

A Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF), sociedade comercial por ações, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira (RAM) e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. (EEM) detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 Euros.

Empresas Participadas

A HF detém participação social nas seguintes empresas:



ACTIVIDADE

A HF dedica-se à atividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão, em exclusivo, em circunstâncias e condições especiais, nas quais se relevam o seu espaço de atuação, na RAM-Concelho do Funchal, enfrentando uma difícil orografia, vencendo uma rede rodoviária sinuosa e complexa, e desenvolvendo uma relevante função social.

A HF, atenta à responsabilidade do serviço social que presta, procura facilitar a mobilidade de toda a população e visitantes, quando se deslocam para as suas atividades, dentro da nossa cidade, dando resposta adequada às suas necessidades, planeando a oferta de serviços de transporte, com a qualidade e segurança que lhe é reconhecida.

Portugal em 2011, atendendo à sua situação económica e financeira, solicitou assistência financeira internacional. Pelos mesmos motivos, a Região Autónoma da Madeira solicitou ajuda financeira à República. Para garantir o seu financiamento foi criado um Plano de Assistência Económica e Financeira para ser aplicado aos anos de 2011/2015. Com vista ao seu cumprimento, foram impostas medidas de austeridade e reformas estruturais de modo a controlar o desequilíbrio das finanças públicas. Como resultado registou-se uma grande retração da economia, redução do rendimento das famílias, emigração e elevadas taxas de desemprego, realidade esta que contribuiu fortemente para uma descida da mobilidade das populações e logo, afectando atividade da HF.

O Plano acima referido tinha como um dos objetivos contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas participadas com capitais públicos. Impunha, entre outras medidas, reduções drásticas nas despesas, impedimento ao investimento e aumentos salariais, corte nas indemnizações compensatórias e aumentos no tarifário.

Tais medidas, incluídas nos Orçamentos de Estado, e acompanhadas pelos Orçamentos da RAM para os anos de 2011/2015, não estão a sortir, na sua plenitude, os efeitos acima desejados, principalmente na actividade que desenvolvemos, transporte de passageiros, porque resultou num envelhecimento da frota, numa descida da receita e num decréscimo de passageiros transportados.

Nos exercícios de 2011 e 2012 as necessidades de tesouraria agravaram-se e todo o Passivo da empresa cresceu. Em 2013, esta situação, foi, em parte, regularizada com alienação da participação financeira na empresa Teleféricos da Madeira S.A. Neste exercício como no anterior, a HF continuou a sentir dificuldades financeiras decorrentes e praticamente da redução/cortes do montante das Indemnizações Compensatórias e do peso dos encargos financeiros decorrentes dos empréstimos solicitados a instituições bancárias.

No entanto, há que relevar o benefício do plano, no que diz respeito à redução de custos, que permitiu que a HF analisasse toda a sua actividade, tanto nos custos com a contratação de bens e serviços, como nos custos com o pessoal e ainda com a gestão operacional da exploração dos seus serviços, ajustando a oferta à procura, o que resultou numa melhoria dos resultados apresentados em 2015.

Neste exercício, verificou-se uma melhoria nos resultados operacionais. No entanto, o peso dos encargos financeiros, embora com uma acentuada descida das taxas de juro e respectivos encargos, exerceu um efeito significativo no resultado final.

Do exposto e complementando a breve análise à actividade da HF, abaixo referimos os principais motivos que contribuíram para a melhoria dos resultados deste exercício:

- No custo do litro do gasóleo, que atingiu mínimos só registados em 2010, foi através de um novo contrato que melhorou o preço de aquisição;
- Na redução de outros gastos, nomeadamente seguros, serviços externos e no pessoal. Este, principalmente pela diminuição de postos de trabalho, por cessação de contratos de trabalho em 2014 e 2015;
- No ligeiro aumento das indemnizações compensatórias, resultado do reajustamento previsto no protocolo assinado neste exercício;
- Nos gastos de amortizações em viaturas, por estarem a atingir o seu fim de vida útil e não haver investimento na aquisição de novas.

Na perspectiva futura, o equilíbrio da actividade operacional e dos resultados da empresa, encontram-se dependentes da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrada no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

Neste exercício houve a necessidade de aumentar o Capital Social, em 352.360,00 euros, sendo 334.740,00 euros realizado pela Região Autónoma da Madeira, em espécie, pela entrega do terreno afecto ao edifício da Estação da Camacha e em dinheiro, 17.620,00 euros pela Empresa de Electricidade da Madeira. Assim, em Assembleia Geral Extraordinária, de 02/10/2015, foi decidido aumentar o Capital Social em 352.360,00 euros, passando de 17.500.000,00 euros para 17.852.360,00 euros.

O Capital Próprio da SG, nossa participada, no valor de 1.181.068,98 euros tal qual no ano anterior, encontra-se abaixo de 50% do valor do Capital Social. Para ultrapassar esta situação, e dar cumprimento ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, em Assembleia Geral de 30/12/2015, os acionistas da HF, Região Autónoma da Madeira e Empresa de Electricidade da Madeira aprovaram a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 euros, e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016. Fazemos notar que o aumento de capital social em espécie foi objecto de um relatório elaborado por um Revisor Oficial de Contas, independente, nos termos do artº. 28 do Código das Sociedades Comerciais.

A OFERTA

A exemplo dos anos anteriores, a extensão da rede de exploração manteve-se inalterada nos 199 Km.

Foram efectuadas alterações na oferta de serviços, dando continuidade às já implementadas nos anos anteriores. Foram efectuadas várias alterações em carreiras e ajustamentos de horários e viagens.

A lotação média manteve-se nos 77 lugares.

A oferta, aferida pelo indicador de Lugares/Quilómetro Oferecidos, registou uma descida de 1%, em resultado da redução do número de quilómetros úteis produzidos (- 59.353 km).

Foram realizadas 769.570 viagens menos 4.346 que no ano anterior.

A velocidade comercial, apurada foi de 17,1 Km/hora na Rede Geral e de 15,4 Km/hora nas Zonas Altas.

O total de quilómetros percorridos foi de 5.721.755, menos 55.023 Km (-1%) que no ano anterior.

O quadro seguinte resume os principais indicadores, da oferta, no serviço regular das carreiras:

Indicadores	2015	2014	Quant.	%
Km Úteis	5 328 702	5 388 055	- 59 353	-1,1%
Km em Vazio	393 053	388 723	4 330	1,1%
Total/Km	5 721 755	5 776 778	- 55 023	-1,0%
% Km Vazios	6,80	6,73	0	1,0%
Lot. Média	77	77	0	0,0%
Lug. Km Oferecidos	410 764 601	414 425 536	-3 660 935	-0,9%
Viagens Realizadas	769 570	773 916	- 4 346	-0,6%
Velocidade Média	17,1	16,7	0	2,4%

A PROCURA

Carreiras regulares

O número de passageiros transportados foi de 17.217.422, menos 461.356 que no ano anterior (-2,6%). Os factores que mais contribuíram para esta redução foram o desemprego, a emigração e a redução da população residente no Funchal.

Verificou-se uma diminuição, quase generalizada, na quantidade de títulos de transporte vendidos, mas principalmente nos títulos mais utilizados pela população residente, bilhetes pré-comprados e passes sociais. Abaixo apresentamos, de uma forma sintetizada, as variações dos títulos comparativamente com o ano anterior:

- Bilhetes +0,07%;
- Passes -2,27%;
- Outros títulos -8,94%.

Analisando o tipo de títulos, verificamos:

- Descida nos bilhetes pré-comprados, nos passes Social I e II., Criança, Estudante, Reformado/Pensionista e nos combinados com as redes interurbanas;
- Subida nos bilhetes de bordo, passe Social Invalidez, nos bilhetes multiviagem de 1, 3, 5 e 7 dias e nos passes de 15 dias e 30 dias;
- Nos outros títulos, verificam-se descidas nos bilhetes da festa do Monte e nos passes férias estudante.

A taxa de ocupação foi de 15,2% e no ano anterior de 14,9%.

O quadro seguinte resume os principais indicadores de procura.

Indicadores	2015	2014	Variação	
			Quant.	%
Passag. Transportados	17 217 422	17 678 778	- 461 356	-2,61%
Percurso Médio	3,56	3,56	0,00	0,00%
Passsg./ Km/ Transportados	61 294 022	62 936 450	-1 642 428	-2,61%
Taxa de Ocupação	14,92	15,19	-0,27	-1,78%
Base Tarifária Média	0,23	0,22	0,01	4,55%

Serviço linha ECO

Esta linha foi alterada no que diz respeito a itinerários e horários, integrando o serviço à chamada e passando a um serviço regular.

Foram transportados 48.388 passageiros, menos 3.955 (-8%) do que no ano anterior.

Serviço para pessoas com mobilidade reduzida (PMR)

Foram transportados 17.761 passageiros, mais 2.443 (15,9%) do que em 2014 e percorridos 91.157 Km, mais 6.527 Km (7,7%).

Rede de paragens

Foram executados os necessários trabalhos de manutenção na rede de paragens. Um serviço de execução simples, mas importante na preservação da imagem da empresa e essencial para a correta perceção e identificação dos pontos de acesso ao serviço, por parte dos motoristas e dos clientes.

Fiscalização

Foram fiscalizadas 36.775 viagens, menos 9.197 que no ano anterior, o que corresponde a 4,8 % do total das viagens realizadas. Esta redução deve-se essencialmente à redução do número de fiscais ao serviço.

O total de passageiros fiscalizados foi de 469.701 o que representa menos 29,5 % que no ano anterior.

Foram apenas detetadas 9 infrações, menos 1 que no ano anterior.

ACTIVIDADE OFICINAL

Frota

O número de autocarros da HF, em 31 de Dezembro, era de 163, dos quais 10 para o serviço prestado nas zonas altas, 3 para o serviço de transporte de pessoas de mobilidade reduzida (PMR) e 4 para o serviço da linha ECO, presentemente imobilizadas.

Procedeu-se ao abate de 1 viatura, por não se justificar a sua reparação/ reconstrução.

A Idade Média das viaturas é a seguinte:

- Serviço normal de transporte de passageiros, 19 anos;
- Serviço de transporte especial de mobilidade reduzida (PMR), 11 anos;

- Serviço da linha ECO, 9 anos.

A taxa de imobilização das viaturas é a seguinte:

- Serviço normal de transporte de passageiros, 17,38%;
- Serviço de transporte especial de mobilidade reduzida (PMR), 15,33%.

Serviço oficial

As oficinas HF asseguram a manutenção das frotas do Grupo, HF e SG, da nossa parceira Carristur e prestam alguns serviços a clientes externos.

Factos mais relevante da HF:

- Manutenção preventiva - A fim de serem prevenidas futuras avarias, a HF tem um plano anual para a realização das revisões periódicas. Foram efetuadas 538 revisões, menos 14 do que no ano anterior;
- Inspeções periódicas - Foram realizadas 294 inspeções, mais 20 que no ano anterior;
- Custo quilómetro/manutenção viatura do serviço geral foi de 0,35 euros e das viaturas PMR de 0,20 euros.

Custo de manutenção/reparação

O custo das obras de manutenção/ reparação foi reduzido em cerca de 271 mil euros, conforme indicado nos quadros seguintes:

Obras	2015	2014	Varição
Materiais de armazém	1.858.463,40	1.838.668,77	19.794,63
Mão de Obra	2.470.272,09	2.850.432,28	-380.160,19
Trabalhos no Exterior	338.183,46	248.684,07	89.499,39
TOTAL	4.666.918,95	4.937.785,12	-270.866,17

Por tipo de obra:

Obras	2015	2014	Varição
Viaturas HF	2.706.629,96	2.881.483,48	-174.853,52
Viaturas externas à HF	1.243.079,88	1.235.993,70	7.086,18
Fabrico recuperação de peças	130.704,60	166.325,51	-35.620,91
Reconstruções de viaturas HF	0,00	0,00	0,00
Viaturas sinistradas	62.680,06	65.119,16	-2.439,10
Instalações e equipamentos da HF	474.130,27	427.760,34	46.369,93
Tempos mortos (oficina)	49.694,18	161.102,93	-111.408,75
TOTAL	4.666.918,95	4.937.785,12	-270.866,17

O custo das obras para o exterior aumentou em 0,57%.

Peso do custo das obras por cliente:

- A SG representa 90%;
- A nossa parceira Carristur, representa 9%;
- Restantes clientes, representam, 1%.

Foram utilizadas 130 mil horas de mão-de-obra nas reparações efectuadas na oficina, menos 20 mil horas que no ano anterior, distribuídas pela seguinte forma:

- Em obras internas, HF, 98 mil horas, menos 19 mil horas;
- Em obras para o exterior, 32 mil horas, menos mil horas.

Combustível

- A quantidade de gasóleo consumida pelas viaturas afetas ao serviço de transporte público foi de 3.744 mil litros, menos 46 mil litros que no ano anterior, justificando-se principalmente pela redução de 55 mil quilómetros percorridos.
- O custo com o consumo de 3.744 mil litros de gasóleo, foi de 3.124 mil euros, menos 626 mil euros que o ano anterior. Atendendo que foram percorridos 5.722 mil km em exploração e se transportou 17.217 mil passageiros, o custo do gasóleo representou 0,55 euros por quilómetro produzido e 0,18 euros por passageiro transportado. No ano anterior foi de 0,65 e 0,21 euros respectivamente
- A média do consumo de combustível por 100 Km aumentou ligeiramente, sendo em 2015 de 64,14 L e no ano anterior de 63,61 L.

APROVISIONAMENTOS

Artigos em Armazém

As existências em armazém, a 31 de Dezembro, eram no montante de 686 mil euros, inferior ao ano anterior em 131 mil euros.

Para satisfazer as necessidades da empresa, as intervenções na área da manutenção e técnica têm de ser rápidas, eficientes e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo, e por estar distante dos grandes centros de fornecimento de peças, o armazém necessita ter maior quantidade e diversidade de artigos em stock, quando comparado com empresas do sector fora da região. Em consequência encontram-se no stock, artigos de baixa rotação, com imprevisível data de utilização, mas não obsoletos.

Assim, tal qual nos anos anteriores, utilizando o princípio da prudência, foram efectuados ajustamentos para cobrir a eventual perda de valor de mercado. O montante registado em perdas de imparidade é de 191 mil euros, menos 7 mil que no ano anterior.

Compras

Procuraram-se fontes mais adequadas de aquisição de alguns produtos, o que levou a concorrência a baixar preços proporcionando à HF a maximização do custo/benefício.

O volume de compras para inventários no ano 2015 foi no montante de 6.045 mil euros menos 943 mil euros do que no ano anterior. O valor das compras de gasóleo foi de 4.145 mil euros, menos 701 mil que no ano anterior.

RECURSOS HUMANOS

Principais indicadores:

Indicadores	2015	2014
Nº Funcionários	433	444
Saídas	15	45
Entradas	4	5
Taxa de absentismo	4,16%	3,81%
Taxa Trab. Suplementar	3,82%	2,35%
Formação		
Cursos	19	16
Formandos	102	468
Horas formação	1.603	776
Exames médicos periódicos	245	302
Exames médicos ocasionais	1.028	1.159
Acidentes de trabalho	18	19
Álcool testes efectuados	3.684	4.536
Testes positivos	9	12

Nesta rubrica, destacamos a saída de 45 funcionários em 2014 e 15 em 2015. Como é referido ao longo deste relatório, pela cessação de contratos de trabalho por mútuo acordo.

O número médio de trabalhadores em 31/12/2015 era de 450.

Fazemos notar que nos indicadores acima não se inclui os 11 trabalhadores com contrato de cedência à nossa parceira Carristur, sendo 10 motoristas e 1 administrativo.

PROJECTOS EUROPEUS

A HF continua a promover a mobilidade sustentável, económica e respeitadora do ambiente, de acordo com os objetivos da União Europeia, Portugal e RAM, tendo implementado ou a implementar os seguintes projectos:

- Com vista à melhoria da informação disponibilizada aos turistas, incentivando-os a utilizar o transporte público, foi aprovada uma candidatura ao projeto SEEMORE. É um projeto do programa Intelligent Energy Europe (IEE), que conta com a participação de 8 regiões europeias. A HF é a única parceira local do projeto, lidera e coordena a implementação conjunta do consórcio. O projeto iniciou-se em 2012 e terminou no presente exercício;
- No âmbito dos seus próprios objetivos, fundamentalmente, de Eco Comunicação/Eco Frota/Eco Rede, a HF apresentou uma candidatura ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Projeto: Intervir+, destinado a financiar a aquisição/implementação no seu serviço urbano de 18 mini autocarros com tecnologia inovadora e menos poluente com tecnologia ecologicamente sustentável. O Projeto tem também contribuído para a prossecução de estratégias de comunicação necessárias ao sucesso das medidas CIVITAS. Em 2011, só foram adquiridas 5 viaturas de média dimensão, tendo sido subsidiadas a 85% do seu valor. O projecto terminou no final do ano de 2013, sem a aquisição das restantes viaturas. O projecto foi concluído no presente exercício com o reembolso de despesas.

No domínio da mobilidade urbana, os projectos europeus, têm na HF um papel importante, pois constituem mecanismos indispensáveis para financiar medidas inovadoras e a promoção na área dos transportes, que garantam a sustentabilidade do sector e que permitam a convergência da Região com os exigentes parâmetros europeus no que a este domínio diz respeito. Por este facto estão a ser estudados e preparados diversos projectos no âmbito do Domínio da Competitividade e Internacionalização (“CI”) do Portugal 2020.

Foi submetida uma proposta, de avaliação, à candidatura CIVITAS DESTINATIONS, uma candidatura ao programa *Interreg4C* com o projeto “SMART-DEST”, que pretende partilhar boas práticas na área do turismo e transportes e, uma candidatura ao projeto “FUN.KI” da *Smart Cities*, com o objetivo de explorar sensores energéticos e ambientais.

AMBIENTE

A HF está firmemente comprometida com a conservação e proteção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactos decorrentes da sua atividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.

Diminuir o impacto decorrente do nosso negócio e melhorar o desempenho ambiental faz parte da cultura e estratégia da HF.

ECONOMIA E FINANÇAS

O resultado líquido (próprio) deste exercício é positivo em 1.225.624,79 euros, antes da aplicação do método da equivalência patrimonial.

O resultado líquido, positivo, de 1.112.652,28 euros, apresentado nas demonstrações financeiras, resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial, para valorização dos investimentos financeiros/participações de capital, neste caso da participada SG, no montante do seu resultado líquido, negativo, de 112.972,51 euros.

A tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é no valor estimado de 74.395,75 euros. Os impostos diferidos totalizaram 121.612,86 euros. O imposto sobre o rendimento do exercício, apresentado nas demonstrações financeiras, é no valor de 196.008,61 euros.

Da análise efectuada, verifica-se uma melhoria nos resultados em relação aos verificados nos últimos anos e refletidos num EBITA positivo de 3.959 mil euros. Se considerarmos como um gasto extra, o registo relativo à atribuição de complementos de descanso compensatório por trabalho suplementar prestado, em exercícios anteriores, no montante de 354 mil euros, e efectuada a devida correcção, o EBITA passaria para 4.313 mil euros.

Analisando da mesma forma o resultado líquido positivo do exercício passaria para 1.467 mil euros.

A comparação com o ano anterior das rubricas constantes da Demonstração dos Resultados por Naturezas são as seguintes:

Nos custos e gastos:

- Reduções:

- No custo das mercadorias vendidas e consumidas, 708 mil euros, sendo nas mercadorias, 13 mil euros e nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo, 695 mil euros. Foi o custo do consumo do gasóleo que mais contribuiu para esta diferença, 700 mil euros, quanto aos restantes bens tiveram uma variação negativa de 5 mil euros;
- Nos gastos com pessoal, em 889 mil euros, destacando-se:
 - O gasto em 2015 de 104 mil euros de indemnizações a trabalhadores por cessação de contratos de trabalho por mútuo acordo e em 2014 foi de 862 mil euros, menos 758 mil euros. Por outro lado registou-se 354 mil euros referente a descanso compensatório por trabalho suplementar prestado, em exercícios anteriores.

- Se tomarmos em consideração que o acima exposto resulta de situações extraordinárias, concluímos que a redução nesta rubrica é de 485 mil euros. As remunerações em geral e respectivos encargos, 477 mil euros, são as mais significativas e reflexo da saída de trabalhadores em 2014 e 2015 por cessão de contratos de trabalho. Releva-se também a redução das remunerações dos órgãos sociais em 21 mil euros pela alteração da legislação vigente e o seguro de acidentes de trabalho em 52 mil euros, resultado de uma nova contratação.

Em termos de aumentos, registamos 87 mil euros em horas extraordinárias, motivado essencialmente pelo absentismo.

- Nos gastos de depreciação e amortizações em 195 mil euros, resultante de bens que terminaram a sua vida útil, principalmente nos componentes/órgãos de viaturas;
- Nos juros e gastos similares suportados, em 270 mil euros, motivado pelas amortizações de capital dos financiamentos contraídos junto das instituições financeiras, pela redução das taxas de juro renegociadas com as mesmas instituições financeiras, pela descida acentuada das taxas Euribor anexadas aos referidos financiamentos e pelas comissões pagas na contratação de novos financiamentos;
- Nos ganhos/ perdas imputadas a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, em 376 mil euros, justificado pela aplicação do método da equivalência patrimonial, da SG, tendo sido registado prejuízos, no presente exercício, de 113 mil euros e no exercício anterior de 489 mil euros.

- Aumentos:

- Nos fornecimentos e serviços externos, em 131 mil euros, sendo responsável por este aumento a conservação e reparação, os estudos e projectos;
- Nos outros gastos e perdas, em 39 mil euros;
- Nas imparidades de investimentos, foi registado, neste exercício o montante de 115 mil euros, referente às 4 viaturas eléctricas que se encontram imobilizadas.

Nos rendimentos e ganhos:

- Reduções:

- Nas prestações de serviços, 148 mil euros, sendo nos títulos de transporte, bilhetes e passes, em 138 mil euros. Os títulos de transporte com reduções mais significativas foram os pré-comprados adulto e criança os passes sociais I e II, os passes sociais senior I e os passes escolares;
- Nos trabalhos para a própria empresa, 172 mil euros, referem-se às reparações de órgãos de substituição de viaturas, reparação/recuperação de peças para o armazém e remunerações para o projeto subsidiado por Fundos Comunitários, Seemore;
- Em outros rendimentos e ganhos, 194 mil euros, resulta essencialmente da diminuição do valor de cedências de gasóleo, 86 mil euros, do aluguer de espaço nos parques de estacionamento, 64 mil euros e de publicidade, 41 mil euros.

- Aumentos:

- Nas vendas, 66 mil euros (15,8%) pelo acréscimo de vendas de suportes de bilhetes, principalmente de bordo, pela redução do preço unitário de aquisição
- Nos subsídios à exploração, em 360 mil euros. A diferença entre os 3.133 mil euros, fixado no protocolo e os 3.573 mil euros apresentados nas demonstrações financeiras, deve-se ao facto de ter sido registado 298 mil euros de ajustamentos, relativos ao desconto da dívida da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes, e ser reconhecido nesta rubrica, de acordo com a NCRF 20. No exercício de 2014 o ajustamento foi no valor de 79 mil euros. Deve-se também ao facto de ter sido atribuído um valor adicional de 142 mil euros, conforme abaixo se descreve:

A indemnização compensatória, foi registada inicialmente, de acordo com o protocolo assinado em 12/05/2015, na parte referente ao montante máximo a atribuir à HF e no valor de 3.133 mil euros. Atendendo que o protocolo refere que o valor provisório a processar em 2015 será o atrás referido, excepto quando a importância apurada nos elementos finais do exercício de 2014, apresentados pela HF, fosse inferior, caso em que seria esse o valor de referência a considerar em 2015. Do apuramento efectuado resultou a manutenção daquele mesmo valor;

O protocolo acima, refere ainda:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2015, devidamente aprovadas;
- Que o apuramento de reconciliação, deste exercício, será efectuado pela Secretaria Regional da Economia Turismo e Cultura, outorgante deste protocolo, até 31/08/2016;

- Que o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior a 15% do montante concedido, referente ao ano de 2014, sendo efectuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

O acima descrito, já foi aplicado no exercício de 2015, com as necessárias adaptações e com base nos valores de 2014, resultando um valor adicional de 142 mil euros a favor da HF. Para contemplar o referido adicional, foi feito um aditamento protocolo com data de 11/12/2015. À data do presente relatório o valor em questão já foi recebido.

- Nas imparidades, das dívidas a receber e de inventários, em 135 mil euros devido essencialmente á reversão de ajustamentos efectuados em exercícios anteriores nas rubricas de outros devedores e credores e do imposto IRC - pagamentos especiais por conta.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição
Activo não corrente	26.575.827,83	27.814.510,33	-4,45%
Activo corrente	5.028.731,75	6.068.076,12	-17,13%
Diferimentos activos	115.413,03	31.035,33	271,88%
Caixa e depósitos bancários	680.220,86	819.206,02	-16,97%
Total do activo	31.604.559,58	33.882.586,45	-6,72%
Capital realizado	17.852.360,00	17.500.000,00	2,01%
Capital próprio	13.081.859,27	11.979.962,09	9,20%
Diferimentos passivos	418.323,60	425.648,45	-1,72%
Passivo	18.522.700,31	21.902.624,36	-15,43%
Vendas e prestações de serviços	13.861.662,31	13.943.540,88	-0,59%
Resultados operacionais	2.137.411,08	239.016,17	794,25%
Resultados antes de impostos	1.308.660,89	-859.873,20	-252,19%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-196.008,61	212.904,49	-192,06%
Resultado líquido do exercício	1.112.652,28	-646.968,71	-271,98%

INVESTIMENTO

O montante total investido, foi de 1.500 mil euros, sendo 1 milhão de euros em investimentos financeiros e 500 mil em não financeiros, com a seguinte justificação:

No financeiro, pelo facto do Capital Próprio da SG, nossa participada, se encontrar abaixo de 50% do valor do Capital Social e para ultrapassar esta situação e dar cumprimento ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, em Assembleia Geral de 30/12/2015, os acionistas da HF, por proposta do Conselho de Administração, aprovaram a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros, e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

No não financeiro, destaca-se, 18 mil euros na permuta de parcelas de terreno onde estão implantadas as instalações da HF, 19 mil euros em despesas de regularização/registos do terreno entregue pela accionista Região Autónoma da Madeira para realização de Capital, 341 mil euros de reparações em órgãos/componentes de substituição de viaturas e 98 mil euros em equipamentos administrativos e outras imobilizações corpóreas.

De referir ainda, 24 mil euros na aquisição de bens e serviços, custos de projectos financiados por Fundos Comunitários e que a HF opta por registar em activos fixos tangíveis e reconhecendo o custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

FINANCIAMENTO

A HF neste exercício cumpriu com os compromissos financeiros vencidos, pagamento de amortizações de capital e respetivos encargos.

Regularizou o financiamento no montante de 4.035 mil euros contraído no Banco BES, agora Novo Banco, que em 31 de Dezembro 2014 ficou em mora de pagamento. Para o efeito contratou um novo financiamento junto do Banco BIC, no montante de 4.000 mil euros, por este ter apresentado uma proposta com condições muito mais favoráveis.

Foi necessário recorrer a 3 novos financiamentos bancários, de curto prazo, em modalidade de crédito em conta corrente, no montante de 2.000.000,00 euros, com as seguintes finalidades:

- Para apoio à tesouraria- 500.000,00 euros na Caixa Geral de depósitos, pelo período de 60 dias e liquidado na devida data.
- Para apoio à tesouraria- 500.000,00 euros no Novo Banco, pelo período de 11 meses. Não foi utilizado qualquer valor e já foi anulado;
- Para apoio à tesouraria- 1.000.000,00 euros no Banif, pelo período de 6 meses, renováveis, tendo sido utilizado 400.000,00 euros.

O financiamento, em modalidade de crédito em conta corrente, contraído junto do Montepio Geral, foi renegociado e liquidado 100.000,00 euros, passando a ser de 500.000,00 euros e sem utilização à data de 31/12/2015.

O financiamento de 1.500.000,00 euros, também em modalidade de crédito em conta corrente, contraído junto do banco BIC, apresentava um saldo de 1.480.000,00 euros.

O financiamento de 1.000.000,00 euros, também em modalidade de crédito em conta corrente, contraído junto da CGD, apresentava um saldo de 449.159,48 euros e será liquidado até a data do seu vencimento, 18/07/2016.

Não queremos deixar de referir que, o elevado custo dos encargos com os financiamentos, as taxas de juros, baixaram significativamente, bem como as taxas Euribor indexadas ao aos nossos empréstimos. Por estes factos, vieram contribuir para a redução daqueles custos. As demonstrações financeiras apresentam um montante de 829 mil euros, menos 270 mil que no ano anterior.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Em 2016, não serão efetuados investimentos, com excepção da aquisição de 4 novas viaturas para uso na rede das Zonas Altas. O contrato já foi formalizado à data do presente relatório.

O tarifário, em 2016, não foi alterado e não é do nosso conhecimento que o venha a ser. É de notar que as tarifas dos títulos de transporte, praticadas e aplicadas pela HF nas suas vendas, são fixadas pelo Governo Regional da Madeira, através de uma portaria criada para o efeito.

Continuamos a sentir dificuldades em retomar níveis mais elevados de procura, apesar das anunciadas perspectivas de crescimento económico e de redução do desemprego, factores que podem influenciar o aumento da mobilidade, mas insuficientes para se conseguir, a curto prazo, melhorar a performance da actividade.

A HF vai desenvolver a sua atividade focalizada no contínuo ajustamento da oferta à procura, o que proporcionará por si só uma diminuição de custos, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrada no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

Nos custos com os combustíveis, gasóleo, estima-se que venham a sofrer um ligeiro aumento, atendendo à evolução do preço do petróleo no mercado.

Dar-se-á continuidade ao pagamento das dívidas em atraso de forma a reduzir a antiguidade de saldos a fornecedores de bens e serviços e de modo a cumprir com os prazos de pagamento estipulados nos contratos realizados.

A HF deverá receber as Indemnizações Compensatórias do ano 2016, nas mesmas condições de 2015. Contudo, com um atraso significativo, atendendo que, à data deste relatório, ainda não foi assinado o respectivo protocolo.

A da HF, por parte do GRM, que se enquadrava como objectivo do PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) acordado entre o GRM e o Governo da República, deixou de o ser uma realidade e já não se encontra no programa do novo Governo da Região Autónoma da Madeira.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação em vigor, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos apropriados.

As Contas e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos e revelam-se isentas de distorções relevantes.

A Administração informa, ainda, que o fiscal único, KPMG & Associados S.R.O.C. representado, como membro efectivo, pelo Sr. Dr. João Albino Cordeiro Augusto, ROC nº.632, foi substituído, em 01 de Janeiro de 2016, pelo fiscal único suplente Sr^a. Dr^a. Adelaide Maria Veigas Clare Neves, ROC nº 862.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a Lei e os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados da HF.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que do Resultado Líquido do Exercício, positivo em 1.112.652,28 euros seja cativado 5%, do seu valor, no montante de 55.632,61 euros para reservas legais e que o remanescente, 1.057.019,67 euros sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 09 de Março de 2016

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Presidente

João Alcindo de Freitas Vogal

António José Jardim Faria Vogal

Contas do Exercício

BALANÇO

Rubricas	Notas	2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	25.379.758,85	26.338.899,11
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	7		
Participações financeiras _ Método de equivalência patrimonial	8	1.181.068,98	294.081,36
Participações financeiras - outros métodos	9	15.000,00	14.414,55
Outras contas a receber	15		1.167.115,31
		26.575.827,83	27.814.510,33
Activo corrente			
Inventários	12	550.153,45	701.803,34
Clientes	13	410.631,10	492.191,56
Adiantamentos a fornecedores		104,42	700,00
Estado e outros entes públicos	14	114.283,14	282.397,80
Accionistas / sócios		3.833,92	2.150,32
Outras contas a receber	15	3.151.016,02	3.734.459,22
Diferimentos	16	115.413,03	31.035,33
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros	10	3.075,81	4.132,53
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	680.220,86	819.206,02
		5.028.731,75	6.068.076,12
Total do activo		31.604.559,58	33.882.586,45
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	17	17.852.360,00	17.500.000,00
Reservas legais	18	256.204,46	256.204,46
Outras reservas	19	139.663,87	139.663,87
Resultados transitados	20	-22.950.941,04	-22.611.719,77
Ajustamentos em activos financeiros	21	-151.571,69	-151.531,82
Excedentes de revalorização	22	16.326.595,21	16.634.342,65
Outras variações no capital próprio	11 e 23	496.896,18	859.971,41
Resultado líquido do período		1.112.652,28	-646.968,71
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		13.081.859,27	11.979.962,09
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	24	3.930.856,44	4.483.083,70
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	11 e 23	3.600.138,68	3.577.966,80
Outras contas a pagar			
		7.530.995,12	8.061.050,50
Passivo corrente			
Fornecedores	26	1.217.115,64	1.568.665,44
Adiantamento de clientes			
Estado e outros entes públicos	14	299.698,89	263.048,06
Accionistas / Sócios			
Financiamentos obtidos	24	6.267.785,74	10.022.834,59
Outras contas a pagar	25	2.788.781,32	1.561.377,32
Diferimentos	16	418.323,60	425.648,45
		10.991.705,19	13.841.573,86
Total do passivo		18.522.700,31	21.902.624,36
Total do capital próprio e do passivo		31.604.559,58	33.882.586,45

O Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	27	13.861.662,31	13.943.540,88
Subsídios à exploração	28	3.572.770,45	3.212.726,38
Ganhos/Perdas imp. subs., assoc. e emp. conjuntos	29	-112.972,51	-489.212,06
Variação nos inventários da produção	30	-22.572,60	16.475,25
Trabalhos para a própria entidade	31	505.947,18	678.239,64
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	32	-6.306.335,27	-7.014.073,27
Fornecimentos e serviços externos	33	-1.679.131,63	-1.548.207,17
Gastos com pessoal	34	-9.317.047,76	-10.206.473,53
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	6.938,75	-9.252,22
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	13,14,15	105.188,75	-13.927,38
Provisões (aumentos/reduções)			-5.000,00
Imp. de invest. não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9	585,45	
Aumentos/Reduções de justo valor		-1.056,72	-2.275,30
Outros rendimentos e ganhos	35	3.476.749,17	3.670.338,57
Outros gastos e perdas	36	-132.194,43	-93.246,98
Resultado antes de dep., gastos de finan. e impostos		3.958.531,14	2.139.652,81
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	37	-1.705.679,30	-1.900.636,64
Imp. de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	38	-115.440,76	
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		2.137.411,08	239.016,17
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	39	-828.750,19	-1.098.889,37
Resultado antes de impostos		1.308.660,89	-859.873,20
Imposto sobre rendimento do período	11	-196.008,61	212.904,49
Resultado líquido do período		1.112.652,28	-646.968,71

O Contabilista Certificado

A Administração

FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	2015	2014
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	15 268 388,91	15 325 036,95
Pagamento a fornecedores	-10 371 937,68	-12 392 689,69
Pagamentos ao pessoal	-5 389 097,52	-6 146 484,77
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-492 646,29	-3 214 137,51
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	162 764,87	-412 662,76
Outros recebimentos / pagamentos	5 233 053,00	5 782 557,87
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	4 903 171,58	2 155 757,60
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos fixos tangíveis	-86 742,37	-1 814 522,23
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros	-1 000 000,00	
Outros activos		-2 601,76
Recebimentos de		
Activos fixos tangíveis		
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	7 596,59	197 213,05
Juros e rendimentos similares	1,30	2 772,60
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-1 079 144,48	-1 617 138,34
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamento obtidos	16 324 000,00	2 779 840,73
Realização de capital e o instrumentos de capital próprio	17 620,00	1 000 000,00
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos de		
Financiamentos obtidos	-19 900 457,35	-5 136 306,95
Juros e gastos similares	-404 174,91	-479 171,54
Dividendos		
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-3 963 012,26	-1 835 637,76
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-138 985,16	-1 297 018,50
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	819 206,02	2 116 224,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período	680 220,86	819 206,02

O Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2014										
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. liq. período	
Posição no início do período		16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-25.389.258,50	-151.491,97	16.576.595,61	1.151.116,90	2.724.585,61	11.671.186,70
Alterações no período		1.000.000,00								1.000.000,00
Exced. rev. act. fixos tang. e intang. e r. variações	22				392.034,95		-392.034,95			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	23							-398.999,22		-398.999,22
Ajustamentos por impostos diferidos	20,22 e 23				-202.852,55		449.781,99	107.853,73		354.783,17
Variações de capital em participadas	21					-39,85				-39,85
Aplicação do resultado líquido do período	20		136.229,28		2.588.356,33				-2.724.585,61	0,00
		1.000.000,00	136.229,28		2.777.538,73	-39,85	57.747,04	-291.145,49	-2.724.585,61	955.744,10
Resultado líquido do período									-646.968,71	-646.968,71
Resultado extensivo									-3.371.554,32	-3.371.554,32
Posição no fim do período		17.500.000,00	256.204,46	139.663,87	-22.611.719,77	-151.531,82	16.634.342,65	859.971,41	-646.968,71	11.979.962,09
O Contabilista Certificado					A Administração					

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2015										
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. Realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Liq. período	
Posição no início do período		17.500.000,00	256.204,46	139.663,87	-22.611.719,77	-151.531,82	16.634.342,65	859.971,41	-646.968,71	11.979.962,09
Alterações no período		352.360,00								352.360,00
Exced. rev. act. fixos tang. e intang. e r. variações	22				392.034,95		-392.034,95			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	23							-462.516,20		-462.516,20
Ajustamentos por impostos diferidos	20,22 e 23				-84.287,51		84.287,51	99.440,97		99.440,97
Variações de capital em participadas	21					-39,87				-39,87
Aplicação do resultado líquido do período	20				-646.968,71				646.968,71	0,00
		352.360,00	0,00		-339.221,27	-39,87	-307.747,44	-363.075,23	646.968,71	-10.755,10
Resultado líquido do período									1.112.652,28	1.112.652,28
Resultado extensivo									1.759.620,99	1.759.620,99
Posição no fim do período		17.852.360,00	256.204,46	139.663,87	-22.950.941,04	-151.571,69	16.326.595,21	496.896,18	1.112.652,28	13.081.859,27
O Contabilista Certificado					A Administração					

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

1. Identificação da entidade

1.1. Designação da Entidade

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 Euros.

1.2. Sede

A sede social da HF é na Fundoa de Baixo – São Roque, código postal 9020-242, concelho do Funchal.

1.3. Natureza da actividade

A actividade principal da Empresa HF, é o transporte terrestre, urbano e suburbano, de passageiros. A HF dedica-se à actividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão e em exclusivo na Cidade do Funchal.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras da HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 09 de Março de 2016, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2015 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2014.

A HF detém controlo sobre a sua subsidiária, Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA (SG). Por este facto a HF prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, sendo que o Grupo é constituído por estas duas Entidades.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, exceptuando-se contudo as seguintes situações:

- Activos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos activos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização;
- Participações em subsidiárias – as quais são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de

juízo ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e juízos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes excepções:

Os terrenos e os edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às actuais condições, o justo valor dos activos fixos tangíveis deverá ser actualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

A última revalorização dos terrenos e edifícios foram efectuadas com referência a 01/01/2010.

Em 2014, foram efectuadas novas avaliações para obtenção dos justos valores, no entanto, não originaram qualquer actualização.

Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos - Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7, com excepção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a HF tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo, inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor

apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter em conta as características do serviço público prestado, bem como, as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a HF, entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, tendo a Empresa acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes activos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas de cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	-
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Propriedades de investimento

A Empresa classifica, desde que se verifique, como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha recta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50

Os custos subsequentes, com as propriedades de investimentos, só são adicionados, ao custo do activo, se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

Direitos de concessão

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 62 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não

passível de ser quantificável. As concessões das carreiras outorgadas em regime provisório são válidas por 2 anos e as concessões outorgadas em regime definitivo são válidas por 10 anos, podendo ser prorrogadas por períodos de 5 anos.

Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Participações financeiras

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo directo e indirecto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas

financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias

subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados,

sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata, na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata, na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que

respeitem a activos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne receptível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar receptível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios do Governo se tornam recebíveis.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica, são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos, como parte do custo de um activo que se qualifica, inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Activos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respectivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 09 de Março de 2016 data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 43.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e Julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que, em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Propriedades de investimento

A empresa regista as propriedades de investimento ao justo valor.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Empresa determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Empresa avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Empresa.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Imparidade dos activos não correntes e Goodwill

Os activos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Empresa.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, no caso de haver prejuízos, fiscais reportáveis durante nos seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados antes de 1 de janeiro de 2010 podem ser reportados por um período de 6 anos.
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011 podem ser reportados por um período de 4 anos.
- Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos.
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontram-se limitados a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais, até o presente exercício, teve por base projecções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros, no entanto, de acordo com a NCRF 25, a empresa à data de 31/12/2015, reavaliou os activos por impostos diferidos não reconhecidos e registou-os até o montante registado em passivos por impostos diferidos, que serão revertidos em proveitos no mesmo período.

Vidas úteis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização.

Revalorização de activos fixos tangíveis

Em 2010 a Empresa decidiu valorizar os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente, no caso dos terrenos e edifícios teve como referência os preços observáveis no mercado activo ou em transacções de mercado recente.

O valor da revalorização de 2010 foi novamente validado por avaliações externas efectuadas por um perito externo e independente no final de 2014, não tendo havido necessidade de ajuste do valor registado contabilisticamente.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificados pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa, bem como que coloquem em causa um ajustamento material nas quantias escrituradas nos activos e passivos durante o exercício de 2015.

O equilíbrio da actividade operacional e dos resultados dos períodos futuros, da Empresa, encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrado no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020, já em discussão pública, contrariamente ao que foi referido no relatório do ano de 2014 que ia ser enquadrado de acordo com o Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira, aprovado em 27 de Janeiro de 2012, que definia que a Região Autónoma da Madeira, na qualidade de principal accionista da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., e indirectamente detentora da totalidade do capital da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., deveria proceder à privatização da Empresa, facto que se previa ocorrer durante o exercício de 2015.

O enquadramento do plano acima referido, PIETRAM, a empresa e o grupo deverão focar-se na redução dos gastos, adequando a oferta dos serviços à procura existente, procurando manter, como já referido e realizado no corrente exercício e anteriores, a articulação dos rendimentos com os gastos de exploração.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 Saldos não disponíveis, para uso

A 31 de Dezembro de 2015 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa		
Caixa Principal	20 040,00	20 040,00
Caixa Transf. Fundos	7 779,53	8 118,13
Depósitos à ordem		
Barclays Bank	27 825,09	26 656,32
Montepio Geral	10 687,86	4 458,50
Novo Banco	173 683,34	
Banco BIC	71 615,10	141 674,28
Banif	9 336,60	1 731,11
Caixa Geral de Depósitos	346 121,09	516 903,12
Millennium BCP	6 828,05	98 883,30
Int. Gestão do Crédito Público	280,68	280,68
Santander Totta	6 023,52	460,58
Outros depósitos bancários		
	680 220,86	819 206,02

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No presente exercício a HF não alterou qualquer política contabilística.

6. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	9.271.836,91	8.899.589,88
Edifícios e outras construções	17.874.844,60	17.874.844,60
Equipamento básico	26.782.786,92	27.090.523,92
Equipamento de transporte	426.747,43	426.747,43
Equipamento administrativo	1.811.148,87	1.767.820,93
Outros activos fixos tangíveis	2.344.944,29	2.298.350,16
Investimentos em curso	61.714,57	34.833,38
	58.574.023,59	58.392.710,30
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	-1.681.955,69	1.861.796,28
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-31.396.868,29	-33.915.607,47
Perdas por imparidade do período	-115.440,76	
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	-33.194.264,74	-32.053.811,19
Valor líquido contabilístico	25.379.758,85	26.338.899,11

Os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revaloriz. imparidades	Abates alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	8.899.589,88	372247,03				9.271.836,91
Edifícios e outras construções	17.874.844,60					17.874.844,60
Equipamento básico	27.090.523,92	340.973,08		(648.710,08)		26.782.786,92
Equipamento de transporte	426.747,43					426.747,43
Equipamento administrativo	1.767.820,93	50.005,79		(6.677,85)		1.811.148,87
Equipamentos biológicos	-					-
Outros activos fixos tangíveis	2.309.091,34	47.700,40		(11.847,45)		2.344.944,29
Investimentos em curso	24.092,20	37.622,37				61.714,57
	58.392.710,30	848.548,67		(667.235,38)	-	58.574.023,59
Depreciação ac. e imp.						
Terrenos e recursos naturais	(459.681,01)					(459.681,01)
Edifícios e outras construções	(2.890.276,81)	(514.200,92)			(9.036,78)	(3.413.514,51)
Equipamento básico	(24.234.686,00)	(1.111.447,42)	(114.012,19)	638.760,78	9.036,78	(24.812.348,05)
Equipamento de transporte	(426.747,43)					(426.747,43)
Equipamento administrativo	(1.749.200,54)	(28.909,74)		6.047,58		(1.772.062,70)
Equipamentos biológicos	-					-
Outros activos fixos tangíveis	(2.293.219,40)	(27.397,61)	(1.428,57)	12.134,54		(2.309.911,04)
	(32.053.811,19)	(1.681.955,69)	(115.440,76)	656.942,90	-	(33.194.264,74)
Total	26.338.899,11					25.379.758,85

As adições justificam-se da seguinte forma:

- Em terrenos e recursos naturais, 335 mil euros refere-se ao terreno entregue pela accionista Região Autónoma da Madeira para realização de Capital, 19 mil em despesas daquele mesmo terreno e 18 mil euros na permuta de parcelas de terreno onde estão implantadas as instalações da HF, regularizando assim toda a área da sua implantação.

- Em equipamento básico, 341 mil euros, na substituição de órgãos/componentes de viaturas. Estes, são reparados e substituídos nas nossas oficinas (trabalhos para a própria empresa);
- Em equipamento administrativo, 50 mil euros principalmente computadores;
- Em outros activos fixos tangíveis, 48 mil euros e refere-se essencialmente à actualização de software do programa de facturação de bilhética incluindo a função SAFT-PT.

As immobilizações em curso dizem essencialmente respeito a equipamentos administrativos e software adquiridos e ainda não instalados, bem como a obras em curso para viaturas.

Nos abates e alienações:

- Em equipamento básico, viaturas, 649 mil euros, sendo 130 mil euros, referente a 1 viatura vendida como sucata, 513 mil euros do abate dos órgãos/componentes de viaturas avariados e substituídos por outros reparados e em outros equipamentos de transporte, 6 mil euros.
- Em equipamentos administrativos, 7 mil euros, entre estes cofres em mau estado de funcionamento;
- Em outros activos fixos tangíveis, 12 mil euros, referente ao abate de equipamentos, principalmente pertencentes à oficina;

Os activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresentam-se como segue:

Rubrica	31/12/2015			31/12/2014		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais Edifícios e out. construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros activos fixos tangíveis	5 494 035,75	-4 599 641,27	894 394,48	5 555 355,99	-4 189 427,42	1 365 928,57
	5 494 035,75	-4 599 641,27	894 394,48	5 555 355,99	-4 189 427,42	1 365 928,57

O total futuro, dos pagamentos mínimos, apresentam-se como segue:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	553 778,16	9 718,45	563 496,61	731 105,11	21 884,67	752 989,78
Entre um e cinco anos	321 816,74	2 082,42	323 899,16	875 308,55	17 521,73	892 830,28
Mais de cinco anos						
	875 594,90	11 800,87	887 395,77	1 606 413,66	39 406,40	1 645 820,06

Restrições à titularidade apresentam-se como segue:

Descrição do equipamento	Locador	Condições do contrato				
		Tipo de restrição	Valor	V. residual	Opção de compra	Duração
10 viaturas transp. de passageiros	Barclays	Título de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
10 viaturas transp. de passageiros	Totta	Título de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	BES	Título de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	CGD	Título de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos

Activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Descrição do imóvel	Passivo
Prédio rústico - artigo matricial U - 2496	Financiamento bancário
Prédio urbano - artigo matricial R - 162 - Secção N	

Fazemos notar que os edifícios acima referidos foram dados como garantia, promessa de hipoteca, sobre a operação de financiamento no montante de 1.250 mil euros, contratada na Caixa Geral de Depósitos, e será accionada se não for liquidado na data de vencimento, 15/01/2023. Esta data foi alterada, antes 15/01/2013, atendendo à reestruturação efectuada naquele financiamento, mantendo-se assim a garantia dos activos até aquela data.

Em 2014, foram efectuadas avaliações, por um perito externo, em todos os terrenos e edifícios, propriedade da HF. O valor global da avaliação atingiu o valor de 23.128.000,00 euros, tendo sido apurada uma diferença positiva de 201.486,00 euros. Atendendo ao valor, a HF não entendeu necessário proceder a qualquer alteração nas demonstrações financeiras.

7. Activos fixos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Valor Bruto:		
Activo fixo intangível	23 723,61	103 101,84
	23 723,61	103 101,84
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	-23 723,61	-103 101,84
Amortização acumulada de períodos anteriores		
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	-23 723,61	-103 101,84
	0,00	0,00

Referem-se à aquisição de bens e serviços, custos de projectos financiados por Fundos Comunitários e que a HF optou por registar nesta rubrica. Reconhece o custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

Os movimentos ocorridos em activos fixos intangíveis durante o ano 2015 são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:						
Estudos e projectos	103 101,84	23 723,61			-103 101,84	23 723,61
	103 101,84	23 723,61	0,00	0,00	-103 101,84	23 723,61
Amortização ac. e imparidade						
Depreciação do período	-103 101,84	-23 723,61			103 101,84	-23 723,61
	-103 101,84	-23 723,61	0,00	0,00	103 101,84	-23 723,61
Total	0,00					0,00

Neste exercício, 23 mil euros e relativos a custos imputados ao projeto Seemore, subsidiado por Fundos Comunitários e amortizados num só exercício.

8. Participações financeiras-método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Tipo	31/12/2015			31/12/2014		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Comp. dos Carros São Gonçalo, SA	100% Capital	5 000 000,00	-3 818 931,02	1 181 068,98	5 000 000,00	-4 705 918,64	294 081,36
		5 000 000,00	-3 818 931,02	1 181 068,98	5 000 000,00	-4 705 918,64	294 081,36

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	5.000.000,00					5.000.000,00
	5.000.000,00					5.000.000,00
Imparidade						
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	-4.705.918,64			-112.972,51	999.960,13	-3.818.931,02
	-4.705.918,64			-112.972,51	999.960,13	-3.818.931,02
Total	294.081,36					1.181.068,98

As alterações deste exercício referem-se ao seguinte:

Pela aplicação do método de equivalência patrimonial- É o correspondente ao resultado líquido do exercício, negativo, da SG.

Nas outras alterações encontram-se registados 1.000.000,00 de euros de prestações suplementares de Capital, atendendo que o capital próprio da SG se encontra abaixo de 50% do valor do capital social, situação não permitida pelo Código das Sociedades Comerciais. Para ultrapassar esta situação, e dar cumprimento ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, em Assembleia Geral de 30/12/2015, os acionistas da HF, Região Autónoma da Madeira e Empresa de Electricidade da Madeira aprovaram a realização de duas prestações suplementares de capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros, e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016. Foram também registados os subsídios ao investimento e respectivos impostos diferidos classificados nos capitais próprios da SG, no montante de 39,87 euros.

9. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Método	31/12/2015			31/12/2014		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
OPT, SA		15 000,00		15 000,00	15 000,00	-585,45	14 414,55
		15 000,00	0,00	15 000,00	15 000,00	-585,45	14 414,55

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
OPT, SA	15 000,00					15 000,00
	15 000,00					15 000,00
Imparidade						
OPT, SA	-585,45				585,45	0,00
	-585,45	0,00	0,00	0,00	585,45	0,00
Total	14 414,55					15 000,00

A participação foi ajustada, neste exercício ao valor do seu capital, com base nas contas apresentadas do exercício de 2014. As demonstrações financeiras deste exercício, à data deste relatório, ainda não se encontravam disponíveis.

10. Activos financeiros detidos para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
BCP	13 133,99					13 133,99
	13 133,99	0,00	0,00	0,00	0,00	13 133,99
Imparidade						
BCP	-9 001,46			-1 056,72		-10 058,18
	-9 001,46	0,00	0,00	-1 056,72	0,00	-10 058,18
Total	4 132,53					3 075,81

Refere-se a 62.900 acções do BCP e estão valorizadas ao valor da sua cotação em 31/12/2015.

11. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, apresentado, nas demonstrações financeiras, corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos;

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

São registadas nas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal. Como resultado destas operações, regista impostos diferidos activos e passivos que são analisados como segue:

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Créditos fiscais				
Provisões				
Instrumentos financeiros				
Activos fixos tangíveis				
Activos intangíveis				
Mais-valias reinvestidas				
Investimentos financeiros				
Reavaliações contabilísticas			3 760 490,63	3 844 778,14
Outras diferenças				
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos			-291 444,87	-497 345,24
Subsídios não reembolsáveis			131 092,92	230 533,90
			3 600 138,68	3 577 966,80

Os Impostos diferidos passivos, decompõem-se da seguinte forma:

- Terrenos, 1.373 mil euros, registados com base no valor das reavaliações contabilísticas (7.389 mil euros) e corrigidos pelos coeficientes fiscais (6.385 mil euros);
- Edifícios, 2.387 mil euros, registados com base no valor líquido das reavaliações contabilísticas (11.105 mil euros);

- Subsídios ao investimento não reembolsáveis, 131 mil euros, referentes a vários projectos subsidiados por fundos europeus.
- Na compensação de activos e passivos por impostos diferidos, 291 mil euros, foram calculados sobre os prejuízos fiscais acumulados à presente data e até ao montante que se estima reverter, pelo mesmo período, os impostos diferidos passivos (1.356 mil euros).

A taxa de IRC e a derrama municipal, é de 21,5%, taxa a ser aplicada para o exercício de 2016.

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	2015	2014
Impostos correntes	74.395,75	13.574,89
Ajustamentos referentes a períodos anteriores		
Origem e reversão de diferenças temporárias	121.612,86	-226.479,38
Alterações na taxa de tributação		
Benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gasto de impostos correntes		
Benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior que seja usada para reduzir gastos de impostos diferidos		
Redução ou reversão de uma diminuição anterior		
Alterações nas políticas contabilísticas e erros		
	196.008,61	-212.904,49

O imposto corrente, 74 mil euros, corresponde à estimativa do IRC sobre o resultado líquido do exercício e das tributações autónomas, sobre gastos incorridos no exercício, essencialmente com viaturas ligeiras de passageiros e mistas.

Em origens e reversões de diferenças temporais, refletem o imposto diferido reconhecido no exercício.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Data limite de reporte	31/12/2015	31/12/2014
2015		1 901 171,50
2017	1 326 232,17	1 326 232,17
2026	476 703,89	476 703,89
	1 802 936,06	3 704 107,56

12. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Valor Bruto:		
Mercadorias	146 583,08	161 474,43
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	539 647,67	655 930,34
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	54 696,98	82 111,60
Reclassificação e regularização de inventários		
Adiantamentos por conta de compras		
	740 927,73	899 516,37
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	6 938,75	-9 252,22
Imparidades de períodos anteriores	-197 713,03	-188 460,81
	-190 774,28	-197 713,03
Valor líquido contabilístico	550 153,45	701 803,34

A variação ocorrida nesta rubrica é analisada da seguinte forma:

- Nos produtos e trabalhos em curso, refere-se a reparações/recuperação de peças de viaturas e de obras para terceiros;
- Nos restantes, nada de relevo a registar.

Para cumprir com os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política da HF – “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimento de peças, o Armazém, para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, tem a necessidade de colocar artigos em armazém em quantidades superiores ao seu consumo normal.

No Stock encontram-se artigos de substituição, com baixa rotação, mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Da análise efectuada aos inventários durante o exercício findo, foi feito uma reversão ao ajustamento em 7 mil euros.

Das existências em armazém, suporte de bilhetes, 8 mil euros encontram-se em poder de terceiros.

O movimento ocorrido nas imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Imparidades de inventários				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	197 713,03		-6 938,75	190 774,28
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e trabalhos em curso				
	197 713,03	0,00	-6 938,75	190 774,28

13. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	414 901,04	496 873,75
Empresa-mãe		
	414 901,04	496 873,75
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	412,25	677,11
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-4 682,19	-5 359,30
	-4 269,94	-4 682,19
Valor líquido contabilístico	410 631,10	492 191,56

De salientar que 271 mil euros são respeitantes às vendas de pronto pagamento, das quais 195 mil euros referem-se aos nossos agente Payshop/CTT e são liquidados no espaço de 5 dias úteis, no ano anterior era de 226 mil euros.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	-4 682,19		412,25	-4 269,94
	-4 682,19	0,00	412,25	-4 269,94

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 180 dias	Entre 180 e 365 dias	Entre 365 e 730 dias	Mais de 730 dias
Clientes gerais	396 030,61	14 596,68		4 273,75
	396 030,61	14 596,68	0,00	4 273,75

14. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Activo		
Imposto sobre o rendimento	0,00	191.508,73
IVA a recuperar	114.283,14	119.629,99
IVA reembolsos pedidos		
Outros impostos		
Perdas por imparidade do período	28.740,92	-28.740,92
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-28.740,92	
	114.283,14	282.397,80
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	45.654,50	
Retenções de imposto sobre o rendimento	72.760,28	74.701,75
IVA a pagar		
IVA - Liquidações oficiais		
Outros impostos	8.983,21	8.983,21
Contribuições para a Segurança Social	172.300,90	179.363,10
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
	299.698,89	263.048,06

Abaixo descrevemos as alterações mais significativas registadas no presente exercício:

Neste exercício não foi efectuado qualquer pagamento por conta de IRC, no exercício anterior foi de 163 mil euros.

Em 2014, foram feitos pagamentos especiais por conta no montante de 29 mil euros e face à reduzida expectativa de recuperabilidade, não esperando resultados positivos futuros, foi registada uma perda por imparidade no mesmo montante, neste exercício foi anulada, atendendo que o resultado apresentado, contrariamente à expectativa foi positivo;

O imposto de IRC estimado é no montante de 74 mil euros e a pagar é de 46 mil euros.

15. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Outros devedores		
Adiantamentos pessoal	32 657,25	39 764,58
Out. operações pessoal	83 366,03	87 346,28
Secretaria Reg. Tur. Transportes (I. Comp.)	1 167 115,31	3 562 773,02
Empresas grupo	1 143 363,68	1 216 822,93
Estado e out. entes públicos	427 820,80	4 389,77
Outros devedores	384 956,57	452 562,08
	3 239 279,64	5 363 658,66
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	373 820,51	88 449,66
Imparidade de períodos anteriores	-462 084,13	-550 533,79
	-88 263,62	-462 084,13
Valor líquido contabilístico	3 151 016,02	4 901 574,53

Na Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, 1.167 mil euros e no ano anterior de 3.563 mil euros são valores registados em acréscimos de rendimentos e referentes às Indemnizações compensatórias dos anos de 2010 e 2011. O valor deste exercício vai ser facturado e recebido por duodécimos até ao final de 2016. Por este facto, estão registados ajustamentos, relativos ao desconto da dívida, no montante de 21 mil euros.

Neste exercício, o ajustamento no montante de 298 mil euros foi reconhecido, nas demonstrações financeiras, em subsídios à exploração, de acordo com a NCRF nº. 20. No ano anterior foi de 79 mil euros;

Em empresas do grupo, refere-se aos fornecimentos efectuados à SG, essencialmente, de fornecimentos de gasóleo e serviços de manutenção/ reparação de viaturas e que vão sendo pagas consoante as suas disponibilidades financeiras;

No Estado e outros entes públicos, é a dívida de Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, referente ao mês de Dezembro de 2015, pagos já em 2016.

Nas imparidades, a redução, como já acima referido é referente à dívida da Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura e o restante valor são reversões de imparidades de dívidas de outros devedores e credores de acordo com os respectivos recebimentos.

16. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	85 794,56	12 193,88
Despesas bancárias	940,55	1 677,78
Diversos	28 677,92	17 163,67
	115 413,03	31 035,33
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Títulos de transporte	403 645,20	402 963,65
Outros	14 678,40	22 684,80
	418 323,60	425 648,45

Em gastos a reconhecer, a variação em seguros resulta do valor do seguro de responsabilidade civil de passageiros e acidentes de trabalho registado neste exercício;

Em rendimentos a reconhecer regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em Janeiro de 2016, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de Dezembro de 2015.

17. Capital realizado

O capital social de 17.852.360,00 euros, representado por 3.570.472 acções ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2015.

ACCIONISTAS	Nº Acções	
	31/12/2015	31/12/2014
Região Autónoma da Madeira	3.391.948	3.325.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	178.524	175.000

A variação da estrutura acionista justifica-se pelo aumento do Capital Social, em 352.360,00 euros, sendo 334.740,00 realizado pela Região Autónoma da Madeira, em espécie, pela entrega do terreno afecto ao edifício da Estação da Camacha e em dinheiro, 17.620,00 pela Empresa de Electricidade da Madeira. Assim, em Assembleia Geral Extraordinária, de 02/10/2015, foi decidido aumentar o Capital Social em 352.360,00 de euros, passando de 17.500.000,00 euros para 17.852.360,00 euros. Fazemos notar que o aumento de capital social em espécie foi objecto de um relatório elaborado por um Revisor Oficial de Contas, independente, nos termos do art.º 28 do Código das Sociedades Comerciais.

18. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. Apresenta um saldo de 256.204,46 euros.

19. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Reservas livres	139 663,87	139 663,87
	139 663,87	139 663,87

Correspondem ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Lda, até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios da HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia Geral.

20. Resultados transitados

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

- Pela incorporação do resultado líquido, negativo, do exercício anterior, 647 mil euros;
- Das reversões de excedentes de revalorização dos edifícios, 392 mil euros e respectivo imposto diferido, no montante de 84 mil euros;

O valor registado nesta conta é de 22.951 mil euros e no exercício anterior de 22.612 mil euros

21. Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	-152 134,35	-152 134,35
Lucros não atribuídos		
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	562,66	602,53
	-151 571,69	-151 531,82

A variação refere-se ao reconhecimento de um subsídio ao investimento registado pela nossa subsidiária, SG, nos seus capitais próprios.

22. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento	1 592 504,81	1 592 504,81
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	18 494 581,03	18 886 615,98
Impostos diferidos	-3 760 490,63	-3 844 778,14
	16 326 595,21	16 634 342,65

A variação desta rubrica deriva do reconhecimento da realização das revalorizações efectuadas no exercício de 2010, nos terrenos e edifícios, em função das depreciações registadas, bem como do reconhecimento dos respectivos impostos diferidos. Neste período foi reconhecido o montante 392 mil euros e em resultado deste, foram reconhecidos impostos diferidos no valor de 84 mil euros.

23. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	478 643,34	841 718,57
Doações	18 252,84	18 252,84
Variações de capital em participadas		
Outras		
	496 896,18	859 971,41

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no valor 463 mil euros e dos respectivos impostos diferidos no montante de 99 mil euros.

24. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	3 609 039,70	3 607 775,15
Locações financeiras	321 816,74	875 308,55
Outros financiadores		
	3 930 856,44	4 483 083,70
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	3 384 848,10	7 180 888,75
Descobertos bancários	2 329 159,48	2 110 840,73
Locações financeiras	553 778,16	731 105,11
Outros financiadores		
	6 267 785,74	10 022 834,59

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	5 714 007,58	9 291 729,48
De 1 a 5 anos	2 733 444,80	3 148 803,98
A mais de 5 anos	875 594,90	458 971,17
Locações financeiras		
Até 1 ano	553 778,16	731 105,11
De 1 a 5 anos	321 816,74	875 308,55
A mais de 5 anos		
Outros financiadores		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
	10 198 642,18	14 505 918,29

À data de 31 de Dezembro de 2015, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2017	2018	2019	2020	Seguintes	Total
Instituições créd. e soc. financeiras						
Empréstimos bancários	1 065 114,77	953 526,66	993 554,78	286 170,55	310 672,94	3 609 039,70
Locações financeiras	271 409,01	50 407,73				321 816,74
	1 336 523,78	1 003 934,39	993 554,78	286 170,55	310 672,94	3 930 856,44

Obs: Na coluna seguintes, os valores a pagar terminam no ano de 2023.

Dos quadros acima apresentados é de salientar o seguinte: A HF neste exercício cumpriu com os compromissos financeiros vencidos, pagamento de amortizações de capital e respetivos encargos.

Regularizou financiamento no montante de 4.035 mil euros contraído no Banco BES, agora Novo Banco, que em 31 de Dezembro 2014 ficou em mora de pagamento. Para o efeito contratou um novo financiamento junto do Banco BIC, no montante de 4.000 mil euros, por este ter apresentado uma proposta com condições mais favoráveis.

Foi necessário recorrer a 3 novos financiamentos bancários, de curto prazo, em modalidade de crédito em conta corrente, no montante de 2.000.000,00 euros, com as seguintes finalidades:

- Para apoio à tesouraria- 500.000,00 euros n Caixa Geral de Depósitos, pelo período de 60 dias e liquidado na devida data.
- Para apoio à tesouraria- 500.000,00 euros no Novo Banco, pelo período de 11 meses. Não foi utilizado qualquer valor e já foi anulado;
- Para apoio à tesouraria- 1.000.000,00 euros no Banif, pelo período de 6 meses, renováveis, tendo sido utilizado 400.000,00 euros.

O financiamento, em modalidade de crédito em conta corrente contraído junto do Montepio Geral, foi renegociado e liquidado 100.000,00 euros, passando a ser de 500.000,00 euros e sem utilização à data de 31/12/2015.

O financiamento de 1.500.000,00 euros, também em modalidade de crédito em conta corrente, contraído junto do banco BIC, apresentava um saldo de 1.480.000,00 euros.

O financiamento de 1.000.000,00 euros, também em modalidade de crédito em conta corrente, contraído junto da CGD, apresentava um saldo de 449.159,48 euros e será liquidado até a data do seu vencimento, 18/07/2016.

Não queremos deixar de referir que, o elevado custo dos encargos com os financiamentos, as taxas de juros, baixaram significativamente, bem como as taxas Euribor indexadas aos nossos empréstimos. Por estes factos, vieram contribuir para a redução daqueles custos. As demonstrações financeiras apresentam um montante de 829 mil euros, menos 270 mil que no ano anterior.

25. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	2015	2014
Corrente		
Fornecedores de investimentos	21 892,74	30 361,40
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	1 360 989,04	1 323 895,67
Outros credores por acréscimos de gastos	61 495,83	76 882,64
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores	1 343 953,71	120 937,61
Pessoal	450,00	9 300,00
	2 788 781,32	1 561 377,32

Em outros credores por acréscimos de gastos regista os abonos diversos a pagar ao pessoal, tais como horas extras, subsídio agente único e os juros de financiamentos

Nos outros credores encontra-se registado essencialmente o valor a pagar à nossa subsidiária, SG, no montante 1.234.665,76 euros e refere-se à venda de títulos de transporte por parte da HF,

26. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/corrente		
Gerais	1 224 145,14	1 566 699,00
Facturas em recepção e conferência	-7 029,50	1 966,44
	1 217 115,64	1 568 665,44

A variação existente deve-se à regularização de dívidas em atraso, por parte da HF, è de notar que estamos a repor a antiguidade de saldos de alguns fornecedores para os sessenta dias, de forma a cumprir com o estabelecido nos contratos assinados.

27. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados são analisados como segue:

Descrição	2015	2014
Vendas		
Suportes de títulos	486.086,07	419.586,90
Serviços prestados		
Títulos de transporte	13.375.576,24	13.523.953,98
	13.861.662,31	13.943.540,88

Abaixo apresentamos uma breve análise a esta rubrica:

No total das vendas e prestações de serviços, 82 mil euros, uma descida de 0,06%. Neste exercício não houve aumento de tarifário.

- Nas vendas, mais 66 mil euros (15,8%) pelo aumento das vendas de suportes de bilhetes, principalmente de bordo e pela redução do preço unitário de aquisição.
- Nas prestações de serviços, uma redução de 148 mil euros (1,1%), sendo nos títulos de transporte, bilhetes e passes, 138 mil euros. Os títulos de transporte com reduções mais significativas foram os pré-comprados adulto e criança os passes sociais I e II, os passes sociais senior I e os passes escolares;

Quanto a quantidade de títulos vendidos, verificou-se uma diminuição, quase generalizada, na quantidade de títulos de transporte vendidos, mas principalmente nos títulos mais utilizados pela população residente, bilhetes pré-comprados e passes sociais. Abaixo apresentamos, de uma forma sintectizada, as variações dos títulos comparativamente com o ano anterior:

- Bilhetes +0.07%;
- Passes -2,27%;
- Outros títulos -8.94%.

Analisando o tipo de títulos, verificamos:

- Descida nos bilhetes pré-comprados, nos passes Social I e II., Criança, Estudante e Reformado/Pensionista e nos combinados com as redes interurbanas;
- Subida nos bilhetes de bordo, passe Social Invalidez, nos bilhetes, multiviagem, de 1, 3, 5 e 7 dias e nos passes de 15 dias e 30 dias;

- Nos outros títulos, verificam-se descidas nos bilhetes da festa do Monte e nos passes férias estudante.

28. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2015	2014
Subsídio à exploração-Indemnização compensatória	3 572 770,45	3 212 096,38
Subsídio à exploração-outros		630,00
	3 572 770,45	3 212 726,38

A variação desta rubrica justifica-se da seguinte forma:

Os subsídios à exploração subiram em 360 mil euros. A diferença entre os 3.133 mil euros, fixado no protocolo e os 3.573 mil euros apresentados acima, deve-se ao facto de ter sido registado 298 mil euros de ajustamentos, relativos ao desconto da dívida da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes, e ser reconhecido nesta rubrica, de acordo com a NCRF 20. No exercício de 2014 o ajustamento foi no valor de 79 mil. Deve-se também ao facto de ter sido atribuído um adicional de 142 mil euros, conforme abaixo se descreve:

A indemnização compensatória, foi registada inicialmente, de acordo com o protocolo assinado em 12/05/2015, na parte referente ao montante máximo a atribuir à HF e no valor de 3.133 mil euros. Atendendo que o protocolo refere que o valor provisório a processar em 2015 será o atrás referido, excepto quando a importância apurada nos elementos finais do exercício de 2014, apresentados pela HF, fosse inferior, caso em que seria esse o valor de referência a considerar em 2015. Do apuramento efectuado resultou a manutenção daquele mesmo valor;

O protocolo acima, refere ainda:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2015, devidamente aprovadas;
- Que o apuramento de reconciliação, deste exercício, será efectuado pela Secretaria Regional da Economia Turismo e Cultura, outorgante deste protocolo, até 31/08/2016;
- Que o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior a 15% do montante concedido, referente ao ano de 2014, sendo efectuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas

empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

O acima descrito, já foi aplicado no exercício de 2015, com as necessárias adaptações e com base nos valores de 2014, resultando um valor adicional de 142 mil euros a favor da HF. Para contemplar o referido adicional, foi feito um aditamento protocolo com data de 11/12/2015. À data do presente relatório o valor em questão já foi recebido.

No exercício de 2014, o subsídio foi de igual valor, 3.133 mil euros mas com um ajustamento de 79 mil euros.

29. Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos

Os Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se conforme segue:

Descrição	2015	2014
Perdas		
Cobertura de prejuízos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-112 972,51	-489 212,06
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Alienações		
Dividendos		
	-112 972,51	-489 212,06

A variação deve-se aos resultados líquidos negativos apresentados pela SG, 113 mil euros e no ano anterior de 489 mil euros.

30. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	2015	2014
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	-82 111,60	-57 832,60
Activos biológicos		
Regularizações		
Inventários	4 842,02	-7 803,75
Activos biológicos		
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	54 696,98	82 111,60
Activos biológicos		
	-22 572,60	16 475,25

Esta rubrica regista a variação do fabrico e reparação/recuperação de peças para o armazém, bem como das reparações em viaturas de terceiros, efectuadas na oficina.

31. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	2015	2014
Activos fixos tangíveis	364 941,73	425 534,49
Activos intangíveis	10 974,94	87 100,04
Propriedades de investimento		
Activos por gastos diferidos		
Inventários	130 030,51	165 605,11
	505 947,18	678 239,64

Nos activos fixos tangíveis o montante resulta das reparações em órgãos de substituição das viaturas;

Nos activos intangíveis, são as remunerações imputadas a projectos subsidiados por fundos comunitários;

Nos inventários, refere-se a reparações/recuperações de peças para armazém.

32. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	2015	2014
Mercadorias	197 951,67	211 393,54
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 108 383,60	6 802 679,73
	6 306 335,27	7 014 073,27

A variação apresentada no custo das mercadorias vendidas e consumidas é de menos 708 mil euros e é justificada da seguinte forma:

Nas mercadorias, menos 13 mil euros, embora houvesse um aumento na quantidade de suportes vendidos, a diferença resulta da redução do preço unitário de compra;

Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo, menos 695 mil euros que no ano anterior. Foi o custo do consumo de gasóleo que contribuiu para esta diferença, menos 700 mil euros. O custo dos consumos dos restantes bens, aumentaram 5 mil euros, destes, os mais significativos foram os óleos, os pneus novos e os acessórios para direcção e transmissão e respectivos órgãos.

- A quantidade de gasóleo consumida pelas viaturas afetas ao serviço de transporte público foi de 3.744 mil litros, menos 46 mil litros que no ano anterior, justificando-se principalmente pela redução de 55 mil quilómetros percorridos.
- O custo com o consumo de 3.744 mil litros de gasóleo, foi de 3.124 mil euros, menos 626 mil euros que o ano anterior. Atendendo que foram percorridos 5.722 mil km em exploração e se transportou 17.217 mil passageiros, o custo do gasóleo representou 0,55 euros por quilómetro produzido e 0,18 euros por passageiro transportado. No ano anterior foi de 0,65 e 0,21 euros respectivamente

O custo médio de consumo foi de 0,83 euros por litro e no ano anterior de 0.99 euros.

O consumo de gasóleo cedido a terceiros, SG e Carristur, foi no montante de 1.022 mil euros, menos 84 mil euros que no ano anterior. Em quantidades foi de 1.224 mil litros, mais 106 mil litros que no ano anterior.

33. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	10.732,85	5.839,19
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	221.891,88	143.906,25
Publicidade e propaganda	19.923,26	18.316,08
Vigilância e segurança	110.099,78	122.408,88
Honorários	19.399,00	19.024,00
Comissões	162.633,49	165.912,53
Conservação e reparação	360.648,10	308.874,33
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.766,73	4.489,59
Livros e documentação técnica	492,63	542,89
Material de escritório	2.368,07	3.146,46
Artigos para oferta		
Outros	37.224,24	23.348,66
Energia e fluidos:		
Electricidade	82.315,34	84.240,22
Combustíveis	22.312,40	1.783,69
Água	14.452,57	11.968,87
Outros fluidos	3.941,79	4.509,58
Outros		
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	1.039,92	3.436,38
Transportes de pessoal		
Transportes de mercadorias	12.798,53	11.435,97
Outros serviços diversos		
Rendas e alugueres	11.531,46	7.625,40
Comunicação	75.965,70	80.286,10
Seguros	237.951,00	308.638,44
Royalties		
Contencioso e notariado	1.558,83	2.189,67
Despesas de representação	358,90	823,06
Limpeza, higiene e conforto	137.482,78	122.303,67
Outros serviços	125.242,38	93.157,26
	1.679.131,63	1.548.207,17

O total desta rubrica regista um aumento de 131 mil euros.

Da análise efectuada, o aumento desta rubrica deriva da variação positiva e negativa dos vários tipos de custos e justifica-se da seguinte forma:

Aumentos:

Trabalhos especializados, 78 mil euros, referente a estudos e pareceres;

Conservação e reparação, 52 mil euros, aumento dos serviços solicitados no exterior;

Combustíveis, 21 mil euros, essencialmente para viaturas externas à HF;

Limpeza, higiene e conforto, 15 mil euros, pelo aumento das lavagens das viaturas da HF;

Outros serviços, 32 mil euros, pelo aumento das reparações solicitadas no exterior para viaturas estranhas à HF.

Reduções:

Vigilância e segurança, 12 mil euros, motivado pela alteração do valor contratado para este tipo de serviço;

Seguros, 71 mil euros, pela alteração do valor do contratado para a carteira de seguros da HF.

34. Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	190 831,90	212 074,60
Remunerações do pessoal	7 371 125,11	7 362 300,78
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações	104 000,00	861 988,07
Encargos sobre remunerações	1 578 764,57	1 659 222,46
Seguros de acidentes de trab. e doenças profissionais	57 202,91	108 755,78
Gastos de acção social	1 094,91	793,52
Outros gastos com o pessoal	14 028,36	1 338,32
	9 317 047,76	10 206 473,53

Nos gastos com pessoal, uma diminuição de 889 mil euros, pelos seguintes motivos:

- Em 2015 o custo das indemnizações a trabalhadores por cessação de contratos de trabalho por mútuo acordo foi de 104 mil euros, em 2014 foi de 862 mil euros, menos 758 mil euros. Por outro lado registou-se 354 mil euros referente a descanso compensatório por trabalho suplementar prestado em exercícios anteriores. Deste valor, 247 mil euros foram pagos no presente exercício e os restantes 107 mil a serem pagos até o final do mês de Março de 2016;
- Se tomarmos em consideração que o acima exposto resulta de situações extraordinárias, concluímos que a redução nesta rubrica é de 485 mil euros. As remunerações em geral e respectivos encargos, 477 mil euros, são as mais significativas e reflexo da saída de trabalhadores em 2014 e 2015 por cessão de contratos de trabalho. Releva-se também a redução das remunerações dos órgãos sociais em 21 mil euros pela alteração da legislação vigente e o seguro de acidentes de trabalho em 52 mil euros, resultado de uma nova contratação.

Em termos de aumentos, registamos 87 mil euros em horas extraordinárias, motivado essencialmente pelo absentismo.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	2015	2014
Órgãos sociais	3	3
Directores/Chefias superiores	12	12
Quadros superiores		
Quadros médios	3	3
Chefias intermédias		
Profissionais altamente qualificados	23	24
Profissionais semi-qualificados	392	402
Contratados a prazo		
	433	444

Fazemos notar que no quadro acima não inclui 11 trabalhadores com contrato de cedência à nossa parceira, Carristur, sendo 10 motoristas e 1 administrativo.

35. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	2015	2014
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	35.433,12	35.433,12
Obras para terceiros	1.313.277,08	1.273.062,03
Sucatas / desperdícios	5.940,38	5.718,72
Cedências para terceiros existências	1.052.114,84	1.118.504,09
Despesas debitadas a terceiros	355.438,36	240.199,03
Cedência espaço parques, publicidade e imóveis	176.840,08	282.260,09
Desp. embates e imob. de viaturas	7.777,40	9.098,91
Outros rendimentos suplementares	38,93	34,42
Descontos de pronto pagamento obtidos	137,74	5.868,27
Ganhos em inventários	6.390,04	9.502,19
Investimentos rest. activos financeiros		
Investimentos não financeiros	150,00	18.038,42
Subsídios ao investimento	480.306,48	474.291,52
Juros obtidos	1,30	2.022,60
Outros	42.903,42	196.305,16
	3.476.749,17	3.670.338,57

A variação ocorrida nesta categoria de rendimentos foi de menos 194 mil euros. Abaixo descrevemos as variações mais significativas:

- Em obras para terceiros, um aumento de 40 mil euros, relacionadas com as obras em viaturas da SG e da nossa parceira Carristur;

- Em cedências para terceiros de existências, uma redução de 65 mil euros, referente à cedência de gasóleo à SG e à nossa parceira Carristur e motivado essencialmente pela diminuição do custo unitário do litro gasóleo, embora com um aumento do número de litros fornecidos;
- Em outras despesas debitadas a terceiros, foi um aumento de 115 mil euros e deve-se ao aumento de serviços prestados para terceiros, cedência de motoristas, SG e Carristur;
- Em cedência de espaço, uma redução de 105 mil euros, sendo nos parques de estacionamento cedidos à SG, 64 mil euros e em publicidade 41 mil euros
- Em descontos financeiros, uma redução de 6 mil euros, resultantes da negociação em 2014 dos pagamentos de dívidas, em atraso, a fornecedores de anos anteriores;
- Em investimentos não financeiros, refere-se à alienação de 1 viatura e de 14 vendas como sucata no ano de 2014;
- Em subsídios ao investimento, uma redução em 6 mil euros, referentes ao reconhecimento de subsídios, relacionados com os projetos financiados por fundos europeus e por fundos do Governo Regional da Madeira.
- Outros rendimentos e ganhos, referem-se ao registo, em 2014, dos resultados de 2013 da parceria com a Carristur, em 68 mil euros, bem como, da anulação dos custos de manutenção, de software, não debitados pela fornecedora, no valor de 34 mil euros e correcção de estimativa de férias e subsídio de férias, 30 mil euros, neste exercício pelo desconto concedido sobre a electricidade de anos anteriores, ligada a painéis colocados na via pública, anulação de remunerações de órgãos sociais, registados e não atribuídos, e do registo da diferença da estimativa dos resultados da parceria com a Carristur;
- Nas outras variações desta rubrica não existem diferenças relevantes.

36. Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	2015	2014
Impostos	14 650,96	13 428,69
Perdas em inventários	11 405,57	3 574,29
Investimentos não financeiros	10 292,48	49 971,51
Donativos	431,20	29,54
Quotizações	3 491,28	3 491,28
Ofertas e amostras de inventários	50 088,29	415,28
Juros de desconto de títulos		
Juros de mora e compensatórios	15,17	1 970,18
Outros juros		
Outros não especificados	41 819,48	20 366,21
Desc. p. pag. concedidos		
	132 194,43	93 246,98

Nesta rubrica uma variação de 39 mil euros, sendo a mais relevante as oferta e amostras de existências e em outros não especificados, onde se inclui o corte de algumas despesas não aceites pelos fundos comunitários, nomeadamente do projecto Ad Personam e Intervir +.

37. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	2015	2014
Gastos		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	1 681 955,69	1 797 534,80
Activos intangíveis	23 723,61	103 101,84
Reversões		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	1 705 679,30	1 900 636,64

A variação nos gastos de depreciação de activos fixos tangíveis, em 195 mil euros, é resultante dos bens que terminaram a sua vida útil, principalmente órgãos de substituição de viaturas;

Nos activos intangíveis os valores referem-se a custos de projectos financiados por Fundos Comunitários e que a HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através de gastos de depreciação e de amortização.

38. Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

A HF registou uma perda por imparidade no montante de 115.440,76 euros, relativa a 4 viaturas elétricas, por se encontrarem imobilizadas por avarias motivadas essencialmente pela parte relacionada com as baterias. À presente data encontra-se em estudo o fim a que se destinam.

39. Juros e gastos similares suportados

Descrição	2015	2014
Juros suportados	601 081,13	909 196,03
Outros gastos e perdas	227 669,06	189 693,34
	828 750,19	1 098 889,37

As variações acima apresentadas, menos 270 mil euros, justificam-se da seguinte forma:

Nos juros e gastos similares suportados, em 308 mil euros, motivado pelas amortizações de capital dos financiamentos contraídos junto das instituições financeiras, pela redução das taxas de juro renegociadas com as mesmas instituições financeiras e pela descida acentuada das taxas Euribor, anexadas aos referidos financiamentos.

Nos outros gastos e perdas, um aumento de 38 mil euros, principalmente pelas comissões pagas na contratação de novos financiamentos.

40. Garantias

As garantias prestadas a favor de terceiros são analisadas conforme segue:

Descrição	2015	2014
Repsol Portuguesa, S.A.	0,00	175.000,00
Spinerg Soluções Energia, S.A.	0,00	28.500,00
	0,00	203.500,00

As garantias acima apresentadas foram anuladas pelo facto de termos rescindido os contratos.

Para além do acima referido, em 31 de Dezembro de 2015, existem ainda garantias, sob a forma de livranças, a favor das diversas instituições bancárias, para garantir financiamentos obtidos, no montante 10.198.642,18 euros e em igual dia do ano anterior era de 13.446.923,14 euros.

Adicionalmente, foram dados como garantia, promessa de hipoteca, sobre a operação de financiamento no montante de 1.250 mil euros, contratada na Caixa Geral de Depósitos, e será accionada se não for liquidado na data de vencimento, 15/01/2023. Esta data foi alterada, antes 15/01/2013, atendendo à reestruturação efectuada naquele financiamento, mantendo-se assim a garantia dos activos até aquela data.

Fazemos notar que de acordo com o mapa da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal o montante das garantias bancárias é de 7.430 mil euros e não de 10.199, pelo facto de algumas entidades bancárias não considerarem as livranças uma garantia dos empréstimos, não as comunicando ao Banco de Portugal.

41. Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2015, a estrutura accionista da Empresa, em número de acções, é a seguinte:

	31-12-2015	31-12-2014
Região Autónoma da Madeira	3.391.948	3.325.000
Empresa de Electricidade da Madeira, SA	178.524	175.000
	3.570.472	3.500.000

A variação da estrutura accionista justifica-se pelo aumento do Capital Social, 352.360,00 euros, sendo 334.740,00 euros realizado pela Região Autónoma da Madeira, em espécie, pela entrega do terreno afecto ao edificio da Estação da Camacha e em dinheiro, 17.620,00 pela Empresa de Electricidade da Madeira. Foi decidido e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, de 02/10/2015, passando o Capital Social de 17.500.000,00 euros para 17.852.360,00 euros. Para sua representação foram emitidas 70.472 novas acções de 5,00 euros cada, distribuídas na proporção do Capital, cabendo 66.948 à Região Autónoma da Madeira e 3.524 à Empresa de Electricidade da Madeira.

O fiscal único representado pela empresa KPMG & Associados S.R.O.C. 109, contratado/nomeado para um período de 3 anos, 2013 a 2015, pelo montante de 18.230,00 euros anuais acrescido de Iva à taxa legal. Neste exercício foram facturados 22.240,60 euros e encontram-se por regularizar, à data de 31/12/2015, 6.988,16 euros.

O Fiscal Único, representado pela KPMG & Associados S.R.O.C. nº.109, cessou as suas funções em 31/12/2015.

Na presente data já foi adjudicado um novo Fiscal Único, para o triénio de 2016/2018, representado pela empresa BDO & Associados, SROC, Lda, nº. 29, pelo valor de 29.440,00 euros acrescidos de Iva à taxa legal.

As transacções entre partes relacionadas para além das acima referidas, apresentam-se como segue:

Descrição	2015	2014
Vendas e prestações de serviços		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		
Empresa de Electricidade da Madeira	1.380,00	
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo, S.A.	2.358.586,13	2.508.278,66
Outras		
OPT		
Outras partes relacionadas		
Herdeiros de António José Jardim Faria		
Rubina Filipa Nunes Gonçalves		
Gastos		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		
Empresa de Electricidade da Madeira	-82.315,34	-84.240,22
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo, S.A.	-14.485,40	-11.235,16
Outras		
OPT	-29.082,92	-27.006,52
Outras partes relacionadas		
Herdeiros de António José Jardim Faria	-974,65	-387,74
Rubina Filipa Nunes Gonçalves	-1.455,50	-1.234,00
	2.231.652,32	2.384.175,02

No activo, os valores são referente ao fornecimento de bens e serviços à nomeadamente, gasóleo, serviços de manutenção de viaturas e cedências de espaço para publicidade e em parques de estacionamento.

No passivo, os valores estão relacionados com fornecimentos de bens e serviços, tais como electricidade, manutenção de equipamentos, artigos para armazém e serviços de advocacia.

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	2015	2014
Activos		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		
Empresa de Electricidade da Madeira	3.833,92	2.150,32
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo,S.A.	1.143.363,68	1.216.822,93
Outras		
OPT		
Outras partes relacionadas		
Herdeiros de António José Jardim Faria		
Rubina Filipa Nunes Gonçalves		
Passivos		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		
Empresa de Electricidade da Madeira	-8.146,58	-68.361,79
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo,S.A.	-1.250.539,16	-63.654,40
Outras		
OPT	0,00	-610,00
Outras partes relacionadas		
Herdeiros de António José Jardim Faria	-170,68	-78,32
Rubina Filipa Nunes Gonçalves	0,00	0,00
	-111.658,82	1.086.268,74

As diferenças de saldos, mais significativa em relação ao ano anterior, referem-se ao aumento da dívida para com a SG e relacionado com venda de títulos de transporte da EEM pela regularização de valores de exercícios anteriores.

42. Passivos contingentes

Em 31/12/2015 regista-se um passivo contingente, conforme abaixo descrito:

Número de Processo	Tipo de Acção	Autor	Réu	Estado do Processo	Valor	Obs.
6844/15.1T8FNC - Trib Trabalho	Impugnação Judicial de Regulação e Licitude do Despedimento	José Manuel Pestana	Horários do Funchal, S.A.	Aguarda Julgamento - 05/04/2015	€ 5,000,01	Impugnação de Decisão de processo Disciplinar que promoveu o despedimento do trabalhador/motorista por se ter apresentado ao serviço com excesso de álcool (1,11g/l)

Para o processo acima, não existe coberturas de seguro ou outros mecanismos suscetíveis de transferir responsabilidades potenciais para terceiros e é considerado que existe uma grande probabilidade de improcedência da acção, não gerando quaisquer custos para a HF. Atendendo que o funcionário (Autor) pretende a reintegração, havendo procedência da acção o custo para

a HF será o correspondente ao salário mensal auferido pelo Autor até decisão de primeira instância.

43. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa.

De referir que a HF tomou o compromisso de efectuar uma prestação suplementar na empresa SG, empresa participada a 100%, no decorrer do ano de 2016 no montante de 1.700.000,00 euros, pelo facto do capital próprio da SG se encontrar abaixo de 50% do valor do capital social, situação não permitida pelo Código das Sociedades Comerciais. Para ultrapassar esta situação, e dar cumprimento ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, em Assembleia Geral de 30/12/2015, os acionistas da HF, Região Autónoma da Madeira e Empresa de Electricidade da Madeira aprovaram a realização de duas prestações suplementares de capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros, e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

O Conselho de Administração informa que o Fiscal Único, representado pela KPMG & Associados S.R.O.C. nº.109, cessou as suas funções em 31/12/2015 e á presente data foi adjudicado o novo Fiscal Único, para o triénio de 2016/2018, representado pela empresa BDO & Associados, SROC, Lda, nº. 29.

Anexo ao relatório do conselho de administração

(a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do (C.S.C.) Código das sociedades comerciais)

ORGÃOS SOCIAIS (Art.º 447.º, n.º 1 do C.S.C)	N.º ACÇÕES	
	EM 31/12/2014	EM 31/12/2015
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL João Heliodoro da Silva Dantas António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves João Alcindo de Freitas António José Jardim Faria		
FISCAL ÚNICO KPMG & Associados S.R.O.C., SA		

ACCIONISTAS (Art.º 447.º, n.º 2, alínea d) do C.S.C.)	N.º ACÇÕES	
	EM 31/12/2014	EM 31/12/2015
Região Autónoma da Madeira	3 325 000	3 391 948
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	175 000	178 524

Informação a que se refere o n.º 4 do Artigo 448.º do C.S.C.

Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2015 a seguinte posição

ACCIONISTAS	N.º ACÇÕES	%
Região Autónoma da Madeira	3 391 948	95,00%
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	178 524	5,00%

A variação da estrutura acionista justifica-se pelo aumento do Capital Social, 352.360,00 euros, sendo 334.740,00 realizado pela Região Autónoma da Madeira, em espécie, pela entrega do terreno afecto ao edifício da Estação da Camacha e em dinheiro, 17.620,00 pela Empresa de Electricidade da Madeira, decidido em Assembleia Geral Extraordinária, de 02/10/2015, passando o Capital Social de 17.500.000,00 euros para 17.852.360,00 euros. Para sua representação foram emitidas 70.472 novas acções de 5,00 euros cada, distribuídas na proporção do Capital, cabendo 66.948 à Região Autónoma da Madeira e 3.524 à Empresa de Electricidade da Madeira. Fazemos notar que o aumento de capital social em espécie foi objecto de um relatório elaborado por um Revisor Oficial de Contas, independente, nos termos do art.º 28 do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração informa que o Fiscal Único, representado pela KPMG & Associados S.R.O.C. n.º.109, cessou as suas funções em 31/12/2015 e á presente data foi adjudicado o novo Fiscal Único, para o triénio de 2016/2018, representado pela empresa BDO & Associados, SROC, Lda, n.º. 29.

O Contabilista Certificado

A Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 31.604.560 euros e um total de capital próprio de 13.081.859 euros, incluindo um resultado líquido de 1.112.652 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

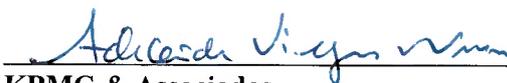
Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de o capital próprio da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. se apresentar positivo em virtude das revalorizações efectuadas aos imóveis de sua propriedade no período de 2010, conforme referido nas notas 3.2, 3.3 e 6 do Anexo. Estas revalorizações foram novamente validadas por avaliações externas efectuadas por um perito externo em 2014, não tendo havido necessidade de ajuste do valor registado contabilisticamente. Tendo em consideração os resultados transitados acumulados negativos, a Empresa encontra-se dependente da capacidade de manter a articulação dos rendimentos com os gastos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrada no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira, conforme referido na nota 3.4 do Anexo.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 29 de Março de 2016



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Adelaide Maria Viegas Clare Neves (ROC n.º 862)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentados pelo Conselho de Administração da Sociedade, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, sem reservas e com uma ênfase, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; e
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

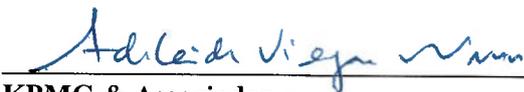
Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

29 de Março de 2016

O FISCAL ÚNICO



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Adelaide Maria Viegas Clare Neves (ROC n.º 862)